

# **KULAMBELA**

**Revista Moçambicana de Ciências e Estudos  
da Educação**

**Setembro | Volume II | Número 03**



**Universidade Pedagógica  
Delegação de Montepuez  
Moçambique**

**2015**

# FICHA TÉCNICA

**Kulambela** (que na língua shimakonde falada ao norte de Moçambique significa "procurar") é uma revista científica online, com revisão de pares da Universidade Pedagógica-Delegação de Montepuez (UP-MTZ), editada pela Direcção da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que tem por objectivo primário publicar resultados de pesquisas científicas desenvolvidas pelo corpo docente e estudantil da UP-MTZ nas várias áreas de conhecimento relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação nela ministrados, bem como estudos feitos por outros pesquisadores e estudantes não vinculados a UP-MTZ. A revista *Kulambela* tem como mascote a montanha sagrada "Ncoripo" (foto de capa) localizada próxima ao campus da UP-Montepuez, na Província de Cabo-Delgado, simboliza sacrifício, local onde os nativos invocam seus antepassados na busca de explicações sobre fenómenos e acontecimentos que têm lugar em suas vidas; para nós este sacrifício de busca do conhecimento, de explicações traduz-se no acto da pesquisa científica, cujos resultados, representados pelas plantas verdes que desabrocham da montanha na imagem de capa, nos propomos aqui divulgar. Assim, esperamos contribuir para a partilha e socialização do conhecimento científico produzido por pesquisadores e académicos da UP-MTZ assim como de outras comunidades universitárias, centros, núcleos e grupos de pesquisa sobre temas relativos à Educação, Saúde, Ambiente, Ciência e Tecnologia. A *Kulambela* só publicará artigos depois de aprovados por dois pareceristas (especialistas) pelo método *blind review*.

**Contacto para Submissão de Artigos:** [Kulambelarevista@up.ac.mz](mailto:Kulambelarevista@up.ac.mz)

**O conteúdo dos artigos publicados desta revista é da inteira responsabilidade de seus autores**

1

## Conselho Editorial

Profa.Cat. Hildizina N. Dias	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Sede)
Prof.Doutor Bento Rupia Júnior	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Sede)
Profa.Doutora Emilia Z. Afonso	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Sede)
Prof.Doutor Cristiano Pires	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Sede)
Profa.Doutora Graziela R.Pereira	Universidade do Estado de Santa Catarina-Brasil (UDESC-Brasil)
Prof.Doutor Geraldo Macalane	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Niassa)
Mestre Juvêncio Manuel Nota	Universidade Pedagógica-Moçambique (UP-Montepuez)

## Comissão Editorial

Mestre Juvêncio Manuel Nota (Editor)	Dr.Ramadane Carimo
Mestre Zacarias Rosalina	Dr. Oscar António
Mestre Mouzinho Mariano Lopes	Dr.Calawiya Salimo
Mestre Growene W.Q.Mugas	

<b>Título</b>	<i>Kulambela</i> – Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação
<b>Publicação</b>	Trimestral (Março, Junho, Setembro, Dezembro)
<b>Propriedade</b>	Direcção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Pedagógica-Montepuez./Cabo Delgado-Moçambique. 2015.

## EDITORIAL

Com satisfação publicamos o v.02, n.03 Setembro/Outubro e Novembro de 2015 da *KULAMBELA – Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação* que apresenta quatro artigos resultantes de pesquisas originais desenvolvidas por investigadores que abordam temas relacionados a agricultura, Temas Transversais *Genero e Sexualidade no Ensino Superior*, Acesso ao Ensino Superior, Democracia, Paz e Governação.

2

Juvêncio Manuel Nota

**Editor**



DEPARTAMENTO DE PESQUISA, EXTENSÃO E  
PUBLICAÇÃO



DELEGAÇÃO DE MONTEPUEZ



REVISTA MOÇAMBIcana DE CIÊNCIAS E  
ESTUDOS DA EDUCAÇÃO

# SUMÁRIO

---

## ***I. ARTIGOS ORIGINAIS***

- [1] ***AVALIAÇÃO DOS COMPOSTOS ORGÂNICOS EM SOLOS DEGRADADOS DEVIDO A ADUBAÇÃO INORGÂNICA NO VALE DE MADRUZE..... 01– 05***

*RAPOSO, Fortunato Lucas Quembo;*  
*SULUDA, António Inácio Comando;*  
*SAMPAIO, Carlos Hoffmann*

- [2] ***DESAFIOS NA ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS NA UP-MONTEPUEZ, O CASO DE GÊNERO E SEXUALIDADE: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA E REFLEXÕES, 2011-2013..... 06–13***

*DIAS, Jacinta Fátima*

- [3] ***OS PARADOXOS DA DEMOCRACIA ENQUANTO PROPOSTA DE GOVERNAÇÃO POLÍTICA NA ERA CONTEMPORÂNEA: DESENCONTROS ENTRE A TEORIA E A PRÁXIS.....14–29***

*JAFAR, Jafar Silvestre*

- [4] ***FACTORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA DOS CURSOS NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DOS ESTUDANTES DA UP-MONTEPUEZ.....30–39***

*JACINTO, Luciano Mário*

- II. NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS.....40**



# Avaliação dos compostos orgânicos em solos degradados devido a adubação inorgânica no vale de Madruze

*RAPOSO<sup>1</sup>, Fortunato Lucas Quembo; SULUDA<sup>2</sup>, António Inácio Comando; SAMPAIO<sup>3</sup>, Carlos Hoffmann*

<sup>1</sup>Mestrando em Engenharia de Minas, Metalurgia e de Materiais na Universidade Federal Rio Grande do sul – Brasil. Docente da Universidade Pedagógica, Moçambique. [fortunato.quembo@ufrgs.br](mailto:fortunato.quembo@ufrgs.br) • <sup>2</sup>Doutorado em Gestão de resíduos sólidos na Universidade Técnica de Madrid, Espanha. Docente da Universidade Pedagógica, Moçambique, Curso de Química. [Suluda@hotmail.com](mailto:Suluda@hotmail.com) • <sup>3</sup>Doutorado em Processamento Mineral, Universidade Técnica de Vestefália de Aachen, Alemanha; Docente na Universidade Federal Rio Grande do Sul e coordenador do Laboratório de processamento mineral. [sampaio@ufrgs.br](mailto:sampaio@ufrgs.br)

1

**RESUMO**— O presente trabalho teve como objetivo avaliar o efeito da aplicação do composto orgânico no solo, no crescimento da cultura de alface (*Lactuca sativa*.L), em solos degradados pelo uso sistemático de adubos inorgânicos, por muito tempo de modo a reduzir o impacto ambiental negativo do uso excessivo de adubos inorgânicos e aumentar a produtividade agrícola. Os resultados indicam que o composto orgânico, contribuiu no melhoramento das características químicas, físicas e biológicas do solo. A produção da alface aumentou 2,4 vezes em solo com composto orgânico em relação ao sem composto. A alface, que foi plantada com emprego de composto, apresentou maior: comprimento da folha (cm), número de folhas, área foliar (cm<sup>2</sup>), rendimento agrícola por área (g/m<sup>2</sup>) e massa fresca e seca (g/p), em comparação ao solo sem composto. Os resultados obtidos indicam que a matéria orgânica apresenta importantes propriedades nutricionais e corretivas para a recuperação de solos degradados pelo uso excessivo de adubos inorgânicos e para o enriquecimento de solos que perderam as suas propriedades nutritivas.

**Palavras - chave:** Solo degradado. Alface. Adubação inorgânica. Composto orgânico.

**Abstract**— The present work had as objective to evaluate the effect of application of organic compound in the soil, in the growth of lettuce (*Lactuca sativa*. L) in degraded soils by the systematic use of inorganic fertilizers, for a long time, in order to reduce the environmental impact of the excessive use of inorganic fertilizers and increase agricultural productivity. The results indicate that the organic compound, contributed to the improvement of the chemical, physical and biological characteristics of the soil. The production of lettuce increased 2.4 times in soil with organic compound compared to without compound. The lettuce, which has been planted with use of a compound, showed the highest leaf length (cm), number of leaves, leaf area (cm<sup>2</sup>), agricultural income per unit area (g/m<sup>2</sup>) and fresh and dry mass (g/p), compared to the soil without compound. The results obtained indicate that the organic matter presents important nutritional properties and correctives to the recovery of degraded soils by excessive use of inorganic fertilizers and to the enrichment of soils that have lost their nutritional properties.

**Keywords:** Soil degraded. Lettuce. Inorganic fertilizer. Organic compound.

## I. INTRODUÇÃO

O uso inadequado dos adubos inorgânicos tem causado diversos problemas ambientais de várias ordens que afetam o solo, o ar e a água para além dos seres vivos. Em Moçambique esse fenómeno tem se verificado com mais frequência nas zonas rurais, onde não há assistência de técnicos agrários, aliado ao fato de que a maioria dos camponeses não possui conhecimento da aplicação correta destes adubos. O uso excessivo destes afetou

<sup>1</sup> Bolsista da CNPq/MCT-Moçambique, Mestrando em Engenharia de Minas, Metalurgia e de Materiais na Universidade Federal Rio Grande do sul – Brasil. Docente da Universidade Pedagógica, Moçambique.

<sup>2</sup> Doutorado em Gestão de resíduos sólidos na Universidade Técnica de Madrid, Espanha. Docente da Universidade Pedagógica, Moçambique, Curso de Química, Diretor da Faculdade de Ciências Naturais da Matemática.

<sup>3</sup> Doutorado em Processamento Mineral, Universidade Técnica de Vestefália de Aachen, Alemanha; Docente na Universidade Federal Rio Grande do Sul e coordenador do Laboratório de processamento mineral.

substancialmente o solo do Vale de Mandruze, alterando a sua composição química, física e biológica, tornando-o menos produtivo ou praticamente improdutivo. Os adubos inorgânicos além de possuírem macronutrientes e micronutrientes imprescindíveis ao crescimento e desenvolvimento das plantas, também possuem outros componentes nocivos aos ecossistemas. Como exemplo, podemos citar os metais pesados, os quais são elementos que têm um peso específico maior que  $5\text{g/cm}^3$  ou possuem maior n° atômico do que 20. Comumente a toxidez está associada a metais pesados, Malavolta e Moraes (2006). Os metais pesados [...] *persistem no ambiente e podem se acumular em níveis que interrompem o crescimento das plantas e interferem na vida animal, conforme o Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais (1998).*

Os adubos inorgânicos usados em Moçambique são semelhantes aos usados no Brasil, pois segundo Malavolta e Moraes (2006) os adubos e corretivos usados no Brasil apresentam teores variáveis de metais pesados tóxicos como: Cádmio (Cd), Cromo (Cr) e Chumbo (Pb). Malavolta (1994), sustenta ainda que os fertilizantes podem ser considerados contaminantes, por causa de desvios na composição normal do meio ambiente, quantidades variáveis de elementos traços, muitos deles reconhecidos como metais pesados e como micronutrientes para as plantas e animais. Os adubos inorgânicos contribuem substancialmente para a deposição de metais pesados, eliminação ou redução de microorganismos que decompõem a matéria orgânica e fixam o nitrogênio no solo, além de contribuir para a redução da matéria orgânica.

Mccarty e Meisinger (1997) consideram que aplicações excessivas de adubos inorgânicos podem provocar efeitos negativos na qualidade do solo, por afetar a atividade microbiana e promover a rápida mineralização da matéria orgânica original do solo, principalmente nos casos em que os restos de cultura são retirados das áreas de plantio. O uso de composto orgânico tem como finalidade de eliminar ou reduzir o uso de adubo inorgânico

garantindo assim a conservação e preservação do meio ambiente e promover o uso dos recursos naturais de forma sustentável sem comprometer as gerações futuras.

## II. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no distrito de Dondo no Vale de Mandruze nos campos agrícolas da Associação Tambararanhe, nas margens ao lado do riacho denominado Dhamo. O composto orgânico foi produzido numa proporção 1:1 de restos vegetais e esterco de gado bovino, em camada intercaladas, com espessura de 30 cm e esterco com espessura de 15 cm, respectivamente. O método usado de aplicação do composto foi uma *adubação localizada*. Segundo Menete e Chongo (1999), o composto é distribuído apenas no local específico do terreno, como na linha ou covacho<sup>4</sup> onde as plantas foram plantadas. Menete e Chongo (1999), consideram que a escolha do método a utilizar para a aplicação de fertilizantes depende do tipo de cultura, estado do terreno e das práticas culturais a serem adoptadas. A alfaca por ser uma cultura que se desenvolve e cresce melhor em solos ricos em matéria orgânica, razão pelo qual da escolha do método de adubação. O composto foi colocado em cada covacho no local definitivo de plantio a uma distância de 30 cm entre plantas em quantidade de aproximadamente 300 gramas.

A aplicação localizada do composto é benéfica, visto que os nutrientes acumulam-se especificamente nas zonas em que as raízes e a planta consegue absorver de forma eficiente. A amostragem foi probabilística, realizada de forma aleatória, onde do universo de 100 plantas usou-se 50 plantas e 25 plantas para cada tratamento (com e sem composto). Foram estudadas as seguintes variáveis: número de folha, comprimento da folha (cm), massa fresco e seco por planta (g/p), área foliar ( $\text{cm}^2$ ), rendimento agrícola por área ( $\text{g/m}^2$ ) e observação das características do

<sup>4</sup> Pequena cova feita de modo a acomodar o composto orgânico para o plantio da alfaca.

desenvolvimento de plantas de alface com composto orgânico e sem composto. O rendimento agrícola por área ( $\text{g/m}^2$ ) de cada tratamento foi determinado pela pesagem das 25 plantas por cada tratamento. Para a determinação da massa usou-se uma balança eletrônica de marca: ACCULAB Sartorius group. O cálculo área da foliar foi feito com base na seguinte equação: Equação de Malavolta para o cálculo da área foliar:  $AF = 1,623 + 1,4 \times L^2_{\text{máx}}$  (Filho Lima, O.F e Malavolta.E,Sd), o comprimento foi determinado usando uma régua de 30 cm e número de folhas foram contados manualmente feito, até atingir o seu ciclo vegetativo, baseando-se no método não destrutivo.

### III. RESULTADOS

A análise dos resultados baseou - se nas variáveis abaixo:

#### a. Número de folhas (NF)

Nos dois tratamentos adubo com composto orgânico e não adubado, observou-se que as plantas em solo compostado, apresentaram na primeira semana o mesmo número de folhas. Na 4ª e 7ª semana, período em que atingiu o seu ciclo vegetativo. As alfaces em solos adubado apresentaram maior número de folhas (Gráfico.1), mais desenvolvidas vigorosas e muito esverdeadas quanto comparadas com as não adubadas.

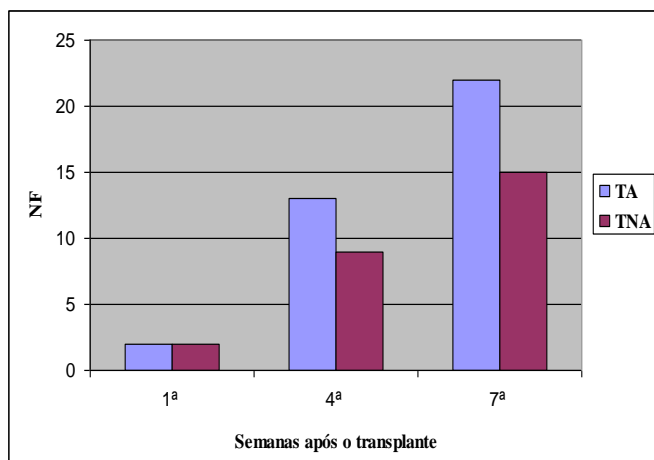


Gráfico 1. Comparação de número de folhas dos dois tratamentos

#### b. Comprimento da folha

Comparado comprimento das folhas das plantas produzidas no solo adubado organicamente e não adubado, constatou - se que na primeira semana não houve diferença significativa o comprimento das folhas das plantas e na 2ª semana começaram a aparecer ligeras diferenças e nas semanas subsequentes já existia diferenças significativas. Portanto as plantas adubadas tinham maior comprimento de da folha (Gráfico. 2).

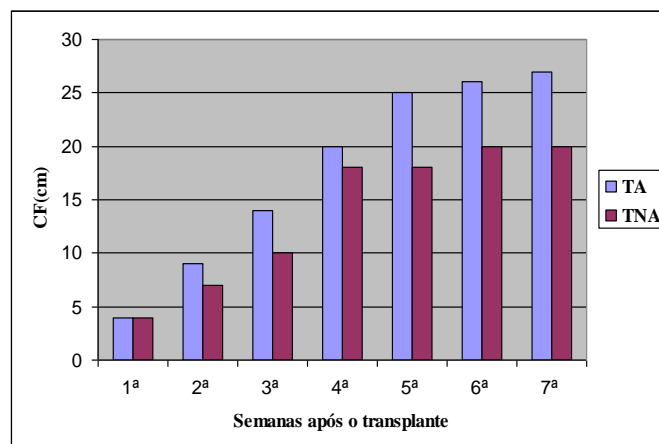


Gráfico 2. Comparação de comprimento da folha(cm) dos dois tratamentos.

#### c. Área foliar (AF)

Na análise feita dos resultados da área foliar nos dois tratamentos, constatou-se que na 1ª semana apareceram pequenas diferenças, mas nas semanas seguintes observaram-se diferenças significativas, favorecendo as alfaces em solos adubado, apresentando assim, maior área foliar. Este diferença foi verificada até o período da colheita (Gráfico. 3).

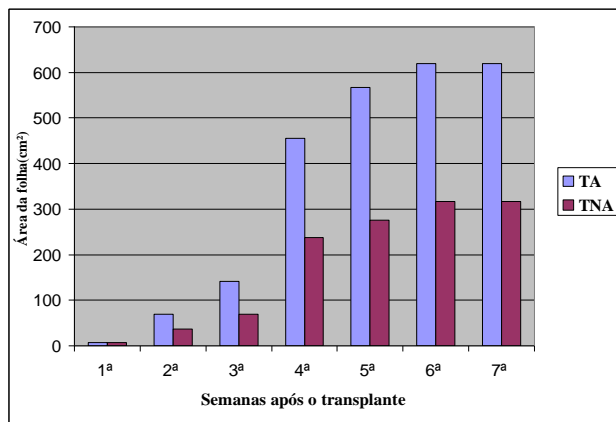


Gráfico 3. Comparação de Área foliar (cm<sup>2</sup>) dos dois tratamentos.

#### d. Peso matéria fresca (g/p)

Foram avaliados os pesos da matéria fresca como forma observar a diferença de crescimento entre os dois tratamentos de solos, tendo se observado que as alfaces em solo adubado apresentaram maior massa em comparação com os não adubados (Gráfico. 4).

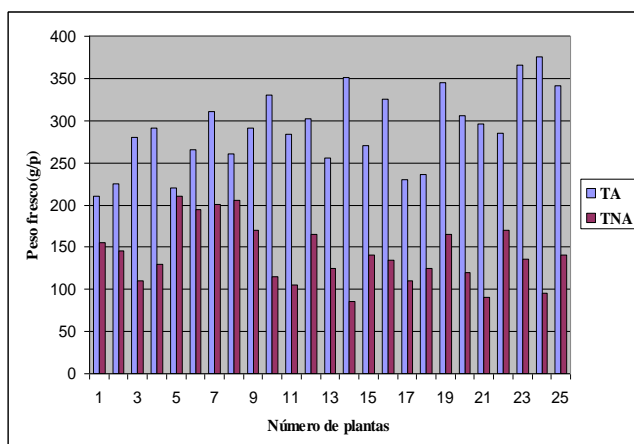


Gráfico 4. Comparação de peso da matéria fresca (g/p), nos dois tratamentos

#### e. Peso matéria seca (g/p)

As plantas de alfaces adubada e não adubada foram secadas em estufa a temperatura de 65°C, verificou-se também o aumento do massa da matéria seca nas plantas adubadas com composto orgânico, quando comparadas com o massa da matéria seca das plantas não adubados (Fig.5).

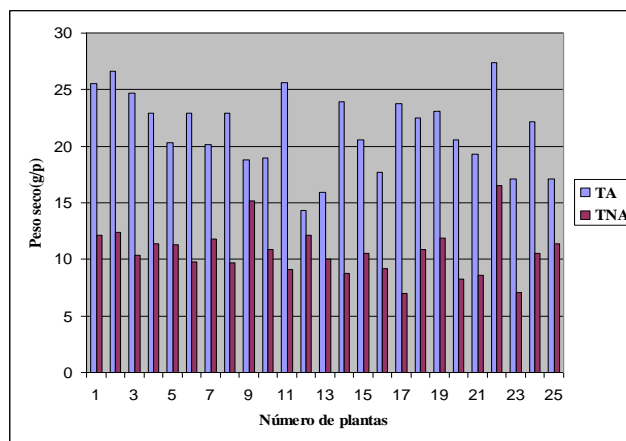


Figura 5. Comparação de peso da matéria seca (g/p), nos dois tratamentos.

#### IV. CONCLUSÕES

- O composto orgânico produzido contribuiu no melhoramento das características químicas, físicas e biológicas do solo do Vale de Mandruze, aumentando a produção da alface em 2,4 vezes mais em solo com composto, quando comparada com o solo sem composto.
- A alface (*Lactuca sativa* L.), que foi plantada em solo com composto orgânico apresentou maior: comprimento da folha (cm), número de folha, área foliar (cm<sup>2</sup>), peso fresco e seco (g/p) e rendimento agrícola por área (g/m<sup>2</sup>) enquanto em solo sem composto apresentou baixos índices.
- Os resultados indicam que o composto orgânico melhorou as propriedades nutricionais e corretivas para a recuperação de solos degradados pelo uso excessivo de adubos inorgânicos e pode ser usado também para o enriquecimento de solos que perderam as suas propriedades nutritivas.



## REFERENCIAS

- [1] COSTAL; Cândido A. et al; **Teor de metais pesados e produção de alface adubada com lixo urbano.** [On-line] Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/hb/v19n1/v19n1a03.pdf> >Arquivo capturado em 25 de Julho de 2013.
- [2] Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais. Henry W. Art. Editor-Geral; Prefácio de F. Herbert Borlmann; tradução Mary Amazonas Leite de Barros.Título Original **The Dictionary of Ecology and Environmental Science.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- [3] FILHO LIMA, O.F ; MALAVOLTA.E; **Estimativa da Area foliar em Estevia (stevia rebaudiana (bert.) bertoní).** Disponível em <http://www.lni.unipi.it/stevia/stevia/estimativadearea.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.
- [4] MEDEIROS, D.C; et al; **Produção de mudas de alface com bio fertilizantes e substratos.**Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/hb/v25n3/a21v25n3>>. Acesso em: 25 Julho de 2013.
- [5] Mc CARTY, G. W.; MEISINGER, J. J. **Effects of N fertilizer treatment on Biologically active N pools in soil under plow and no tillage.** SoilandFertilityofSoils,New York, 1997.
- [6] KIEHL, E. J.,**Fertilizantes Orgânicos,** Editora Agronômica Ceres LTda,São Paulo, 1985.
- [7]
- [8] MENETE, M.Z.L ; CHONGO, D.A, **Fertilizantes do solo,** EditoraAJAP, Maputo, 1999.
- [9] SANTOS, R.H S; *et al;* **Efeito residual da adubação com composto orgânico Sobre o crescimento e produção de Alface.** Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/pab/v36n11/6813.pdf> . Acesso em: 25 de Julho de 2013.
- [10]MALAVOLTA, E. **Fertilizantes e seu impacto Ambiental: Metais pesados mitos mistificação e fatos.** São Paulo: Produquímica,1994.
- [11]MALAVOLTA, E; MORES, M.F, **Sobre a sugestão de Metais pesados tóxicos em Fertilizantes e sobre a portaria de 25/04/2005 da Secretária de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura pecuária: Informações Agronômicas,** PIRACABA,2006 (No Prelo).

# Desafios na abordagem dos Temas Transversais na UP-Montepuez, o caso de gênero e Sexualidade: relatos de uma experiência e reflexões, 2011-2013

<sup>1</sup>DIAS, Jacinta Fátima

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências Políticas e Estudos Africanos na Universidade Pedagógica. Docente da Universidade Pedagógica de Moçambique - Delegação de Montepuez.

6

**RESUMO** — O principal objectivo desta abordagem visa reflectir em torno das posições divididas e levadas em conta na discussão do tema transversal *Educação para equidade de género e Sexualidade* no processo de ensino-aprendizagem e como o docente deve posicionar-se sobre o assunto. Pretende-se partilhar experiências profissionais pessoais no trabalho com o tema no curso de História, 2º ano na UP-Montepuez, para por via disso apontar os desafios na desconstrução das inequidades de género. As discussões sobre género como tema transversal continuam muito difíceis tanto para os homens como para as mulheres. O modo como é tratado deixa a ideia de que os intervenientes, uns procuram salvaguardar alguns interesses contra uma reivindicação de direitos dos outros. Os homens apresentam justificações defensivas em relação aos benefícios que detêm quer a nível de direitos, quer a nível de prestígio social. Do mesmo modo, as mulheres aparecem com argumentos com relação a situação (des) privilegiada em que se encontram. Desta forma, a discussão deste assunto nas palestras constitui grande desafio porque a sua abordagem mexe com as questões de identidade construída ao longo da educação, no contexto sociocultural em particular, que sempre apelou para a diferenciação entre homens e mulheres e dela serviu para dividir papéis sociais baseados no género. Esta reflexão enquadra-se na área de *Políticas e gestão na divulgação e implementação dos Temas Transversais* e como metodologia, baseou-se na revisão bibliográfica e experiências colhidas ao longo das discussões com os estudantes em formação na Universidade Pedagógica, de Montepuez. Chegamos com esta reflexão a concluir que ao invés de olhar-se a equidade de género na perspectiva de igualdade de direitos e de oportunidades, é mais vista na perspectiva das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres criando assim fortes barreiras na gestão e assimilação do tema.

**Palavras-chave:** *género, sexualidade, igualdade e identidade*

**ABSTRACT**— The aim of this approach aims to reflect around the divided positions and taken into account in the cross-cutting theme of the discussion Education for gender equality and

sexuality in the teaching-learning process and how the teaching should position itself on the issue. We intend to share personal professional experience in working with the subject in the course of history, 2nd year in UP-Montepuez, for through it point out the challenges in the deconstruction of gender inequities. Discussions on gender as a cross-cutting issue remain very difficult for both men and women. How it is treated leaves the idea that the actors, some seek to safeguard some interests against other rights claim. Men are defensive justifications regarding the benefits that hold either the level of rights, both in terms of social prestige. Likewise, women appear with the situation regarding arguments (un) in which they are privileged. Thus, the discussion of this issue in the talks is a great challenge for his approach stirs questions of identity built along the education, socio-cultural context in particular that always appealed to differentiate between men and women and it served to divide roles social gender-based. This reflection is part of the area of policies and management in the dissemination and implementation of the Cross-Cutting Themes and as a methodology, based on the literature review and experience gained during the discussions with students in training at the Pedagogical University in Montepuez. Arrived with this reflection to conclude that rather than looking to gender equality from the perspective of equal rights and opportunities, it's seen in the context of power relations established between men and women thus creating strong barriers in the management and theme of assimilation.

**Keywords:** gender, sexuality, equality and identity

## I. INTRODUÇÃO

A história revela que desde as primeiras sociedades o homem e a mulher foram sempre diferentes tanto na constituição biológica, no pensamento como na diferenciação de papéis em que a mulher cuidava da família (filhos, administração do lar e colheita de frutas), papéis

considerados frágeis, o homem com atributos masculinos praticava a caça, a manutenção da família entre outras actividades, tarefas consideradas fortes. A diferenciação de papéis circunscrevia-se nas diferenças em termos de sexo. Ser mulher era antes ser do sexo feminino e ser homem era antes ser de sexo masculino. Hoje, com os dispositivos<sup>5</sup> sobre género o homem e a mulher são em princípio iguais, gozam dos mesmos direitos e podem cumprir os mesmos deveres. Esta abordagem baseada no aparente contraste, entre o passado e a actualidade é que constitui matéria de reflexão nos debates sobre o tema género, educação e sexualidade em estudantes na Universidade Pedagógica, Delegação de Montepuez.

O principal objectivo deste trabalho visa reflectir em torno das posições divididas e levadas em conta na discussão do tema transversal *Educação para a Equidade de Género e Sexualidade*, como o/a moderador/a deve posicionar-se em torno do assunto. Pretende-se partilhar experiências profissionais pessoais no trabalho com o tema no curso de História 2º ano, na UP-Montepuez no ano de 2012-2013, para por via disso apontar os desafios na desconstrução das iniquidades de género. A materialização deste trabalho baseou-se na revisão bibliográfica e experiências colhidas ao longo dos debates interactivos na discussão dos termos relacionados com o tema, apresentação de trabalhos em grupo, teatros, palestras entre outras actividades que possibilitaram a análise da questão de igualdade de género tanto do lado dos homens como do lado das mulheres em formação. O trabalho divide-se em duas partes. A primeira parte aborda os principais conceitos que nortearam a reflexão nomeadamente género, identidade e sexualidade. Na segunda parte apresentamos a reflexão baseada em experiências colhidas em torno dos debates com os

<sup>5</sup> Dispositivos - um conjunto de diversos, ditos e não ditos presentes em diversas áreas tais como: leis administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas com a função estratégica dominante. Função essa no caso da género e sexualidade que é o controle e chamada de atenção e técnica disciplinar das iniquidades.

estudantes, mostramos também as dificuldades encontradas no tratamento e gestão dos debates.

## 1. Conceitos básicos

### 1.1 Género, Sexualidade e Identidade

As questões de género e sexualidade têm apontado para a necessidade de serem tratadas de forma integrada e não como áreas específicas por reflectir-se aspectos como valores, crenças, atitudes e práticas que ajudam na formação da identidade de género, uma vez que a sua compreensão envolve distintas áreas de saber como a Biologia, Antropologia, História entre outras disciplinas humanas.

Ao Género, refere-se a formas de identificar-se e ser identificado como homem ou mulher. Na sua interpretação gramatical, refere-se a indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas. A forma como o termo vem sendo usado nas últimas décadas pela literatura feminista adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura e situa-se na esfera social diferentemente do conceito de “sexo” que se situa no plano biológico e assume um carácter relacional do feminino e do masculino (Araújo, 2005. p. 2).

Nesta perspectiva considera-se género como um aspecto central da identidade que é social e culturalmente construída através de interacções e práticas quotidianas.

De acordo com Scott (1995, p. 2) género é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder. Tal afirmação é confirmada por Santana & Benevento (2013, p. 2) que vêem o conceito de género como uma construção sociocultural que atribui o homem e mulher papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada lugar, da experiência quotidiana das pessoas bem

como da maneira como se organiza a vida familiar e políticas de cada povo.

Entende-se aqui que a relação entre os sexos não é um facto natural mas sim uma relação socialmente construída e remodelada em função da dinâmica social. A analisar Colling (1991, p. 12) refere que a “diferença entre os sexos não pertence a ordem do visível, do definível, mas do legível, isto é da interpretação.” Efectivamente é a nossa interpretação culturalmente marcada que constrói as diferenças entre homens e mulheres.

De acordo com Mandú (2005) citado por Minzo *et al*, (2011, p.80) O termo sexualidade representa um conjunto de valores e práticas corporais, culturais legitimados na história da humanidade. Mais do que pertinente à actividade sexual e sua dimensão biológica ela diz respeito a uma dimensão íntima e relacional que compõe a subjectividade das pessoas e suas relações corporais com os seus pares e com o mundo

A sexualidade baseia-se no corpo físico e a sua expressão é influenciada por forças pessoais e sociais. Ela abrange todas as partes da vida relacionadas com o comportamento sexual e com o sexo de uma pessoa. (Idem). Assim, a sexualidade tem a ver com a auto-identidade de todo ser humano pois é suportada pelos papéis reprodutivos, sociais, económicos e religiosos que o homem e a mulher assumem na sociedade. Segundo Minzo *et al* (2011, p. 81) citando Nota (2006) e relacionando aspectos sócio-culturais inerentes a vida humana refere que: falar da sexualidade é ao mesmo tempo, falar do individual, do cultural, das crenças, dos valores e das emoções. A sexualidade é o factor essencial na questão da identidade “ser menino “ ou ser menina”, é afinal de contas um tema profundo na nossa vida quotidiana. (Ibid., p. 96). Todo indivíduo tem um núcleo de identidade de género que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Com efeito Grossi (s/d) clarifica que:

*“O núcleo de nossa identidade de género se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebé como menina ou menino. Isto se dá no momento de nascer ou mesmo antes, com as novas tecnologias de detectar o sexo do bebé, quando se atribui um nome à criança e esta passa a ser tratada imediatamente como menino ou menina. A partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino, ou seja, por ter órgãos genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir e actuar.”* (p. 8)

### A questão da Igualdade de género

Durante muito tempo a diferença entre homem e mulher foi usada como sinónimo de desigualdade dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina.

A diferença entre os seres humanos é parte construtiva da história da humanidade. Essa questão está presente nos mais diversos discursos - religioso, biológico, psicológico, antropológico e social. Mas é na modernidade que a temática género ganha maior relevância como objecto de debate no seio das comunidades do mundo e das Universidades. De acordo com Minzo *et al* (2011, p. 75), em Moçambique a questão da igualdade de género está consagrada na constituição da república desde 1975,1990 que defende o princípio da igualdade de género e proíbe a discriminação com base no sexo. Esta ideia é reforçada pela constituição da República de Moçambique de 2004 nos seus artigos 35 e 36 ao referir que: “ *todos os cidadãos (homens e mulheres) são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e deveres em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural independentemente da cor, raça e sexo*”. O princípio da igualdade de género estabelecido nos preceitos constitucionais tem como objectivo eliminar toda forma de discriminação contra as

mulheres, a desigualdade de género no meio social e promover o respeito e valorização dos direitos civis, reprodutivos e sexuais com equidade entre os homens e as mulheres.

## 2. EXPERIÊNCIAS ADQUIRIDAS NO TRABALHO COM O TEMA TRANSVERSAL GÉNERO, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE.

Tendo em conta os objectivos da inclusão do tema género, educação e sexualidade no currículo (contribuir na formação integra da personalidade humana, ajudando os futuros profissionais a construir relações de género com equidade e respeito pelas diferenças), foram preconizados e desenvolvidos durante o percurso das aulas os seguintes temas: *As dimensões de análise de género: discursos legislativos, papéis e estabilidade da mulher na família; o território complexo das definições de género; categoria biológica ou social; os discursos ou as múltiplas visões sobre género; os papéis da mulher na família e na comunidade, a política de género no emprego; desafios afectivos e estabilidade laboral e familiar das mulheres; currículo e orientação escolar: género como noção condicionadora da escolha profissional, a questão da identidade sexual; diferenças entre o homem e a mulher: determinismo biológico ou construção social* entre outros conteúdos.

As principais questões levantadas em torno dos temas que constituíram objecto de reflexão durante as sessões, os intervenientes demonstraram conhecimentos sobre a matéria através da sua capacidade de análise, entretanto, houve maior predominância de duas posições divididas entre homens e mulheres, que geralmente constituem barreiras para as mudanças que pretendem operar na sociedade em relação a equidade de género.

Na discussão sobre o conceito, Género por exemplo, os intervenientes colocavam-se na posição de (des) conforto em relação a sua identidade já construída sobre a

naturalização do masculino e feminino em relação a nova abordagem - género como construção social, ao fazer o seguinte questionamento: *será que os argumentos de que o ser feminino e o ser masculino constitui uma construção social podem mudar a convicção das sociedades sobre a naturalização do sexo?*

As contribuições dos estudantes quanto a esta discussão apresentam uma tendência baseada em fundamentos bíblicos do que simplesmente uma construção social. Salientar que a visão da igreja trata a matéria de homem e mulher como matéria ligada à criação e a ideia de criação nunca é atribuída ao Homem. Como podemos ver nos pronunciamentos de muitos estudantes ao citar trechos bíblicos:

*“Deus quando criou o mundo colocou-o em poder masculino (do homem) e disse: Tu homem, tens o poder de decidir sobre a sua existência. De ti sairá a tua companheira que se chamará mulher. Poderá te ajudar ou coordenar as tuas actividades”*

Foi com esta mentalidade que as sociedades cresceram e transmitiram as gerações que o homem não é igual a mulher, quer no pensamento quer na constituição biológica, quer nas actividades e assim serviu para dividir papéis sociais em função da posição de homem “sexo forte” - o primeiro na existência e da mulher “sexo fraco” - o segundo na existência.

É de referir que este pronunciamento é partilhado não só por homens mas também por mulheres, embora este último grupo não admitir que o mesmo fundamento justifique os comportamentos discriminatórios em muitos âmbitos da sua vida social. Esta percepção nos leva a buscar o trecho de Bruns & De Sousa-Leite (2012, p. 25) citando Ranke-Heinemann (1996) quando diz: *Foi a hierarquia cristã que declarou ser o sexo o maior pecado, apregoando que a*



mulher era um perigo constante para o homem, o que fez com que a sexualidade da mulher fosse terrivelmente reprimida no decorrer dos séculos, facto presente até os dias de hoje.

Essa doutrina de que a mulher e o sexo devem ser controlados pelo homem no entender de Eisler (1996), foi utilizada principalmente para a manutenção de dominação masculina ao mesmo tempo em que serve ao condicionamento de mulheres e homens a todas as formas de repressão e dominação (Idem).

Sem pretensão de assumir uma ou outra posição teórica sobre a concepção de género, quer do lado de maior parte de estudantes, quer do lado dos autores, com a abordagem de igualdade de género, pretende-se incutir no futuro profissional a ideia de que a mulher faz parte do mundo dos homens e os homens fazem parte do mundo das mulheres. A ideia de que o feminino e o masculino não são construções culturais gera discriminações e preconceitos atribuídos às diferenças biológicas como desvantagem. É nesta perspectiva que começa uma nova discussão sobre igualdade de género mais virada para equidade e paridade de género e não para discriminação de oportunidades civis entre o homem e a mulher.

A partir de alguns factos da sociedade os estudantes do sexo masculino fazem o seguinte comentário “*olhando para as mulheres no decorrer das aulas e mesmo nestes debates, se mantém caladas, com poucas intervenções em torno das questões inerentes aos temas da actualidade.*”

#### **Suas questões:**

- *Que tipo de género hoje se pretende transmitir?*
- *É verdade que haverá igualdade de direitos e oportunidades previstos na constituição da*

*República de Moçambique de 2004 no seu artigo 35-36<sup>6</sup>?*

- *Até que ponto a igualdade de género refere-se a igualdade de direitos e oportunidades entre os homens e as mulheres?*

Por sua vez as mulheres baseiam-se numa reflexão crítica em relação a matéria e apresentam o seguinte argumento:

*Conforme a lei sobre o princípio da igualdade de género, hoje a mulher assim como o homem devem e podem exercer as mesmas actividades tanto no sector laboral como familiar. Todos encaramos como uma realidade nova e podemos assumir. Em contrapartida quando a mulher encontra-se numa situação de perigo pede apoio ao homem e apela para um tratamento especial, por ser mulher. Na família a própria mulher não assume na prática essa igualdade. Quando está na sua casa/casamento, continua a exercer as actividades à ela atribuída, conforme a nossa educação de base. (trabalho doméstico, educação de filhos e administração do lar. Até hoje a tomada de decisões importantes em algumas famílias é reservada ao homem).*

*O meu tio é Licenciado mas não reconhece o nível académico de Licenciatura da minha tia. Ambos são funcionários da função pública. Quando regressam a casa o meu tio diz: não quero comer “comida preparada com o nosso empregado”. Ele prefere esperar até que a esposa prepare alguma coisa para lhe servir. As leis que abrem espaço para não discriminação em função do sexo e sobre a igualdade género estão bem-vindas porque os homens pioraram. Esta forma de pensar que a mulher nasce para servir ao homem é cada vez pior no campo onde a mulher não tem se quer bases para se defender quando seus direitos lhes são violados( depoimento de uma estudante do segundo ano, curso de Historia)*

<sup>6</sup> Sobre este assunto consulta Art.35 da CRM – princípio da universalidade e igualdade e Art.36 da CRM- princípio da igualdade de género

Os argumentos dos homens partem de realidades com que se defrontam e fazem referência por exemplo: a diferença em número de estudantes por sexo e por turma na Delegação, a diferença em número de docentes por sexo e por curso na Delegação. Segundo eles, estas disparidades acontecem em quase muitos sectores, revelando diferenças de oportunidades entre homem e mulher, justificação também baseada em papéis que cada género assume. Mesmo tendo respostas constitucionais sobre a emancipação das mulheres moçambicanas, nunca estão em pé de igualdade se comparadas com os homens em todas as vertentes do espaço público, Continuam.

*“ Continuamos a dizer que os homens e as mulheres são extremamente diferentes em todos os domínios da vida social, mesmo que continuem a produzir normas, abrir gabinetes, ascender a cargos que se calhar ontem não tinham acesso como uma forma de igualdade e equidade de género, parece estarem ainda longe dos objectivos que se pretendem com a abordagem desta temática tão complexa “ género educação e sexualidade ”*  
(Depoimento do estudante do segundo ano, curso de História)

O debate sobre a educação para equidade de género e sexualidade torna-se cada vez mais difícil nesse sentido, uma vez que parece haver uma pretensão de sobrevalorização de valores, tradições e costumes sobre a mulher e o homem na comunidade. Os participantes sentem suas identidades ameaçadas e entram para estes debates com uma percepção negativa (*não olham no bom sentido a questão de igualdade de direitos*), pelo facto de por um lado mexer com as estruturas sociais e familiares já enraizadas e por outro lado, serem chamados a olhar a questão numa perspectiva de princípio de equidade e na vertente humanística como académicos.

**Questões de reflexão e desafios:** *Será que devemos levar a cabo um programa reeducativo? Para fazer entender ao grupo de estudantes que o que é normal é apenas algo local, histórico e cultural e pode ser mudado? E questão de identidade, trata-se de reconstruí-la? É fácil mudar as mentalidades?*

Com os posicionamentos dos estudantes, fica a ideia de que as discussões sobre equidade de género e sexualidade são mais encaradas como relações de poder entre o homem e a mulher, contrapondo aquilo que se pretende transmitir sobre o respeito dos direitos. Conforme Minzo *et al* (2011,p.19), as reflexões sobre género, impõem que na política, no trabalho, na escola, na família, na comunidade e outros lugares da nossa existência colectiva, todos devemos interiorizar atitudes que promovam uma relação de equidade entre os géneros, de modo a ultrapassar os equívocos que infelizmente ainda existem e comprometem a uma qualitativa nas relações de género.

A igualdade referida, deve ser entendida como igualdade de direitos e oportunidades mas não como igualização das identidades, que se referia, aliás, em proveito masculina existente. Deve também permitir a articulação das diferenças individuais ou colectivas sem por isso as definir previamente (Idem, p.21)

**Questões de reflexão e desafios:**

- *Como os moderadores devem se distanciar das suas posições perante estes temas e trazer ao debate a mensagem daquilo que se pretende transmitir?*
- *Como conciliar/separar a igualdade de direito conforme os preceitos constitucionais e as relações homem-mulher na família que legitimam papéis e práticas fundadas na diferenciação?*

Ao trazer estas questões estamos conscientes da postura do orientador sobre esta matéria.

Que de acordo com Nota (2013, p.13), trabalhar género e sexualidade pressupõe um comprometimento individual, ético e profissional com as questões inerentes, por isso o facilitador que trabalha com esses temas deve ele(a) próprio(a) com a sua conduta espelhar na prática aquilo que ensina aos estudantes para não se cair numa abordagem voluntarista, gratuita e repleta de hipocrisia e "faz de contas" (REVISTA UDZIWI, Número 13, p.13 2013).

Portanto, voltamos a questionar porque por um lado, não podemos influenciar o estudante com os nossos valores etc., por outro lado, temos que espelhar na prática pedagógica aquilo que ensinamos. Parece tarefa fácil, mas quando vamos na prática deparamo-nos com fortes barreiras na implementação.

Ainda é difícil abordar a questão de género e sexualidade devido a plena consciência que temos sobre as nossas diferenças anatómicas. Maior parte das pessoas vê a questão de igualdade como se as mulheres quisessem ser como os homens ou vice-versa, de facto nunca o serão, nem os homens como as mulheres, pelo menos anatomicamente. A nossa luta e o que se pretende inculcar no futuro profissional é que se olhe esta diferença *não como condição para...*, ou seja, que as diferenças anatómicas não sejam vistas como determinantes para a diferenciação de papéis. Inculcar isto no ser humano sem mexer com a sua cultura e identidade é um desafio. Constitui também desafio para o moderador na medida em que também é parte integrante da sociedade.

## II. CONCLUSÃO

Tratar as questões de género ainda constitui um desafio. A nossa educação é baseada na diferenciação de papéis entre homens e mulheres. O homem sempre ocupou uma posição de privilégio, deixando para trás a possibilidade da mulher ascender a níveis de instrução elevada, pesando sobre ela a

desvantagem que hoje se pretende resgatar. Várias barreiras enfrentam nessa luta, vinda tanto de lado do homem como de outras mulheres. É preciso não parar a luta e deve ser uma luta conjunta, homens e mulheres. Trazer ao debate a verdadeira mensagem que se pretende com o tema género, educação e sexualidade na academia.

Os intervenientes nesta matéria devem defender os princípios de igualdade e equidade de género e não discriminação baseada no género, identidade e/ou orientação sexual; o propósito é fomentar a inclusão social em diversas esferas da vida contribuindo desta forma para a construção da sociedade moçambicana consciente sobre equidade entre os géneros e sem discriminação das mulheres consolidada ao longo das gerações. Os desafios que apontamos nesta reflexão são de consciencialização dos princípios de Igualdade de género por um lado, manutenção das nossas identidades por outro lado. Assumir que pode-se viver na diferença e ter mesmos direitos e oportunidades.

## REFERENCIAS

- [1] ARAÚJO, M. de F. *Diferença e igualdade nas relações de Género: revisitando o debate* PSIC. CLIN., RIO DE JANEIRO, VOL.17, 2005
- [2] BRUNS, M. A. de T. & SOUZA-LEITE, C. R. V. *Género, Diversidades e Direitos Sexuais nos Laços de Inclusão*. Editora CRV, 2012
- [3] GROSSI, M. P. *Identidade de Género e Sexualidade*. s/d
- [4] MINZO, A. B. et al. *Reflectindo sobre género, educação e sexualidade*. UP.CEPE - Coleção de Temas Transversais. Maputo. 2011
- [5] NOTA Juvêncio Manuel. *Transversalidade e o trabalho com o tema Género e Sexualidade: contributo para sua abordagem na formação inicial de professores na Universidade Pedagógica*. Centro de Políticas Educativas (CEPE), 2013
- [6] NOTA, Juvêncio Manuel. *Comportamentos, atitudes e domínio que os professores têm sobre as temáticas Sexualidade, Saúde Sexual e Reprodutiva nos Ensinos Básico e Secundário (8ª classe)*. Monografia

Científica para aquisição do grau académico de Licenciatura em ensino de Biologia e Química, Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências Naturais e Matemática, Universidade Pedagógica, Maputo, 2006

- [7] SANTANA, V. C. & BENEVENTO, C. T. *O conceito de género e suas representações sociais*. EFDeportes.com, *Revista Digital*. Buenos Aires. <http://www.efdeportes.com/> 2013.

# Os paradoxos da democracia enquanto proposta de governação política na era contemporânea: desencontros entre a teoria e a práxis

<sup>1</sup>JAFAR, Jafar Silvestre

<sup>1</sup>Mestre em Ciências do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Università degli studi di Roma La Sapienza. Email: [marrongane@gmail.com](mailto:marrongane@gmail.com)

14

## INTRODUÇÃO

**RESUMO** — O presente artigo aborda o tema “impacto sociopolítico e ambiental do garimpo em Namanhumbir, no Distrito de Montepuez”, na perspectiva da gestão de conflitos relacionados com às questões sócio-ambientais, que constitui um importante aspecto para a manutenção da qualidade de vida humana. Neste âmbito, a pesquisa tem em vista analisar o impacto sociopolítico e dos problemas ambientais, provocados pela actividade garimpeira no Posto Administrativo de Namanhumbir. Na construção de políticas públicas de âmbito regional. E a pesquisa foi levada a cabo no período compreendido entre 2009-2011. Para sua efectivação, usou-se a leitura bibliográfica; técnicas de observação e de entrevista, para compreender as experiências vividas. Portanto, a pesquisa constitui um importante aspecto para a manutenção da qualidade de vida humana, que tem sido dificultado pela redução do papel do Estado, em detrimento da regulação pelo mercado.

**Palavras-chave:** Impacto, sociopolítico, garimpo, ambiental, Namanhumbir.

**ABSTRACT**—This article is about “socio-political and environmental impact of mining in Namanhumbir, in the district of Montepuez “from the perspective of conflict management related to socio- environmental issues, which is an important aspect for maintaining the quality of human life. In this context, the research aims to analyze the socio-political impact and environmental problems caused by gold mining activity in the administrative post of Namanhumbir. In the construction of public policies at the regional

**Keywords:** Impact, sociopolitical, mining environmental, Namanhumbir.

Com este artigo pretende-se fazer uma reflexão sobre a abordagem teórica (o ideal), através da discussão em torno do conceito, da evolução e dos princípios universais que regulam e caracterizam os regimes democráticos nos nossos dias, e a sua prática com que os cidadãos [con]vivem no seu quotidiano.

A democracia que hoje emana série de liberdades, outorgadas por estados-nação aos cidadãos, teve seu berço em Atenas de Péricles, no século V a.C. Porém, quer a democracia ateniense quer a romana, ambas do mundo clássico, eram directas e aristocráticas. A revolução gloriosa na do séc. XVI, americana no século XVIII e francesa no século XIX, influenciadas pelos filósofos iluministas da época, conquistaram uma série liberdades que anteriormente eram sufocadas pelos monarcas. Desde a institucionalização do *habeas corpus*, o triunfo do parlamentarismo na Inglaterra; a Independência dos EUA - a primeira democracia moderna; o derrube do *Ancien Régime* e a Declaração dos Direitos do Cidadão e do Homem e construção da primeira república moderna na França, a questão das liberdades dos homens ficou no centro das atenções.

Esses acontecimentos ficaram registadas nas páginas da história universal como período conjuntural de profundas



transformações sociais, económicas, políticas e culturais no Ocidente, cujas repercussões tiveram reflexos no mundo inteiro.

Daí que, para uma compreensão holística deste tema, julgámos ser indispensável, passar em breve revista das históricas conquistas da liberdade ao longo da era moderna. Esta breve revisão vai-se cingir na rápida retrospectiva sobre o enredo das grandes revoluções: Inglesa (*Gloriosa*), da Revolução americana, da Revolução francesa, sem nos esquecermos do papel influenciador dos filósofos iluministas neste processo de conquista de liberdades, que viriam a caracterizar a democracia como regime político de hoje. Sobretudo, analisando não só o *nexus* existente entre estas grandes revoluções, mas também o significado do legado histórico-político, social e económico que elas deixaram para a História da Humanidade.

A democracia começou a expandir-se rapidamente no período pós II Guerra Mundial, através do fenómeno de globalização. No pós-guerra fria, ela universalizou-se como forma última de governação (Fukuyama, 1992). É importante sublinhar as particularidades da evolução histórico-política, social, económica e cultural de um país ou região, determinam e espelham a concepção, nível e a forma de funcionamento do sistema democrático.

#### **A DEMOCRACIA: CONCEITO E OPERACIONALIDADE**

O termo “democracia” vem do termo grego *demokratia* (*demos* povo, *kratia*, governo ou poder), o que significa governo ou poder do povo (Dahl, 2012: 4). Sistema político que promove e protege uma série de liberdades e direitos dos cidadãos de um território politicamente organizado, dentro do qual participam da vida económica, política, cultural e religiosa, sem quaisquer impedimentos. Mas, a história da humanidade mostra que estas liberdades (política, religiosa, económica, de pensamento, de expressão, etc) são resultado de um processo de conquistas no transcorrer dos séculos até aos nossos dias. Logo, a

democracia no Estado moderno e/ou contemporâneo de hoje, enquanto proposta política, em forma do “Poder do Povo”, ela é fruto duma conquista humana. Desde a antiguidade até chegar ao triunfo e universalização da democracia liberal, como a melhor forma de governação, nos finais do século XX, com o fim da Guerra-Fria e fragmentação da URSS, o Homem ensaiou vários modelos de organização e de transmissão do poder. ECHAUDEMAISON (2001) distinguiu vários modelos: Aristocracia (poder dos melhores), Autocracia (monarquia autoritária), Democracia (poder do povo), Diarquia (poder de duas pessoas), Monarquia (poder de um só), Monocracia (poder soberano de uma só pessoa), Oligarquia (poder de poucos), Plutocracia (poder dos mais ricos), Poliarquia (poder de muitos), incluindo a Gerentocracia (poder dos mais velhos).

Considerando democracia como um regime político, ou seja, uma certa maneira de organizar as relações de poder no meio de um grupo social politicamente soberano, não seria prudente defender que, na democracia, cada um é de obedecer ou de não obedecer, cada qual só obedece se julgar vantajoso fazê-lo, mas os direitos e deveres se complementam mutuamente. Para BOUDON (1990) a democracia é uma sociedade de responsabilidade limitada, em que cada um entra para atingir certos fins. Esses fins obedecem duas ordens: Uns são individuais ou de grupos intermédios (famílias, empresas, clubes, igrejas etc.), outros são comuns a todos. Os fins comuns só podem ser assegurados em comum (Defesa, Justiça, etc). A democracia é assim caracterizada pela distinção bem marcada entre o privado, onde interesses particulares se convertem em interesses médios, e o público, onde os cidadãos definem e procuram realizar os seus interesses comuns.

A democracia é governo que reconhece os direitos de todos os membros da sociedade participarem das decisões política directa e indirectamente. Sandroni (1999: 163),

distingue duas democracias: Directa, na qual as decisões são tomadas pelo conjunto de todos os cidadãos, possível onde a população é pequena (ex.: cidades-estado da Grécia Antiga) e Representativa, quando as decisões políticas são tomadas representantes eleitos pelo povo.

Por sua vez Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998) defendem que na teoria contemporânea da democracia, confluem três acepções do pensamento político: a) a teoria aristotélica ou clássica que postula que das três formas de governo, a democracia como sendo o governo do povo, de todos cidadãos e de todos que gozam os direitos de cidadania, distingue-se da monarquia, como governo de um só e da aristocracia, como de poucos. b) teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, alinha no facto de que, o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se torna delegação do superior para inferior. c) teoria moderna ou de maquiavel, nascida com Estado Moderno na forma das grandes monarquias, na base da qual, as formas históricas do governo são duas: a Monarquia e a República, e a antiga democracia nada mais é que uma forma de república.

O conceito de democracia não é consensual entre os autores, mas a questão das liberdades é o denominador comum, Echaudemaison (2001: 26), por exemplo, define democracia como sendo forma de organização social e política, que deve assegurar os indivíduos ao domínio do seu interesse individual e colectivo, onde a liberdade não acaba, senão onde começa a liberdade dos outros. Enquanto que PROGRESSO (1983), sustenta-se que democracia é regime político que proclama que o poder pertence ao povo, que os cidadãos são livres e iguais. A Democracia implica reconhecimento do princípio da subordinação da minoria à maioria, a electividade dos principais órgãos do poder do Estado, existência dos direitos e liberdades políticos. Distingue-se das instituições da democracia representativa (órgãos electivos: Parlamento etc.) da democracia directa (referendos, discussão por todo povo das questões ligadas a vida do Estado, livre actividade das organizações sociais).

Por seu turno, Sartori (1987) citado por Leister e Chiappin (s/d), defende que democracia é o subproduto de um método competitivo de renovação de lideranças, na qual o povo não tem um papel activo, mas passivo, i.e., o povo não age, mas somente reage às decisões dos representantes políticos.

### **Da democracia pericleana ao republicanismo bonapartiano**

*«O fundamento da consituição democrática é a liberdade. Uma das características da liberdade reside em ser governado e governar à vez...»*  
Aristóteles

O século V a.C., na Grécia Antiga, ficou conhecido por “Século de Péricles”, A sociedade ateniense e formas político-sociais, iniciadas por Clístenes, político que introduziu o governo democrático. Mas, foi reinado de Péricles, que a democracia ateniense atingiu a sua fase áurea. Torres (s/d) afirma que Péricles foi um dos legisladores político-social de Atenas. Baseada na aceitação absoluta das leis, a democracia ateniense previa a igualdade perante a lei, a obtenção dos cargos públicos por sorteio ou eleição, a responsabilidade dos magistrados, a soberania do povo e o princípio de maioria.

Por seu turno, Bobbio (1986), salienta que “ a democracia nasceu de uma concepção individualista de uma sociedade (...), especialmente a sociedade política, democracia é um produto artificial da vontade dos indivíduos”. O Controlo da *Polis* era entregue aos magistrados (*Arcontes* e *Estrategos*). Este mecanismo de exercício e transmissão do poder, foram instituídas três direitos para a sociedade ateniense: Igualdade no acesso aos cargos públicos (*isocracia*); A igualdade perante a Lei (*isonomia*) e Igualdade no uso da palavra (*isogoria*).

Porém, houve limitações: Apenas os cidadãos atenienses é que gozam plenos direitos públicos políticos e civis; os estrangeiros (*metecos*) e os escravos não tinham direitos civis e nem políticos; as mulheres atenienses

também não tinham direitos de participar da vida política. Portanto, estas categorias sociais não gozavam de quaisquer direitos civis e políticos.

Uma das imperfeições da democracia ateniense, também, foi o *ostracismo*<sup>7</sup>, que consistia em retirar todos os direitos civis e políticos e expulsar da *pólis* qualquer um que fosse contra o sistema político, ao cidadão considerado perturbador do bem-estar público (Enciclopédia Encarta, 2001).

### Democracia aristocrática na Roma Antiga

Desde a queda da monarquia etrusca, instalou-se em Roma a república oligarquica por volta de 509 a.C, que se estendeu até a fase imperial cerca de 27 a.C. Politicamente, funcionava o Consulado, representando o poder executivo; o poder legislativo era composto pelo Senado e Assembleia dos Cidadãos, esta elaborava leis que eram aprovadas pelo Senado; *Pretores*, representavam o poder judiciário. Na administração pública existiam os *Censores*; *Edis* e *Questores*. O movimento democrático romano começou no reinado dos Gracos, cujas reformas agrárias foram influenciadas pela revolta dos escravos sicilianos (Diakov e Kovalev, 1976).

A democracia romana previa que todos os cidadãos tivessem direito de votar. Mas, o voto era censitário, baseado em renda. O poder político dos patrícios era superior sobre o de outros estratos sociais, porque estes constituíam a classe latifundiária e com mais renda. Cerca do século IV a.C, através de revoltas, a *plebe* conquistou uma série de direitos civis, sociais e políticos, dentre eles: o fim da escravidão por insolvência, criação dos *tribunos da plebe*, igualdade civil, igualdade religiosa, aumento de direitos políticos.

<sup>7</sup> Segundo Aristóteles, a lei de *Ostracismo* foi promulgada em Atenas por Clístenes e aplicada pela primeira vez contra Hiparco (Enciclopédia Encarta, 2001).

Segundo Silva (2011: 35), apesar da democracia republicana romana ser a principal fonte de inspiração do republicanismo moderno, a antiga república romana foi, muitas vezes, retratada como um regime aristocrático, destinado a conter e anular as pretensões democratizantes da plebe romana.

### A influência de filósofos “iluminados”

O período anterior ao “século das luzes” é considerado pré-iluminista, por ter registado explosão de pensamentos marcaram o alvorecer da época filosófico-intelectual e, ao mesmo tempo, o declinar das velhas crenças e mentalidades. Da Silva (2001), afirma que neste período sobressaiu nomes como Descartes, Hobbes, Newton, Kepler; Locke, etc.

Boto (s/d), diz Kant defende que iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. Menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem entendimento de outrem.

O Iluminismo é também chamado por revolução intelectual<sup>8</sup>, o “Século das Luzes” foi um movimento intelectual, ocorrido na Europa a partir do século XVII, antecedida da Revolução Francesa, cuja característica básica foi a exaltação da razão, da ciência e respeito ao Homem. Enciclopédia Encarta (2011), refere que o Iluminismo marcou um momento decisivo para o declínio da Igreja e o crescimento do secularismo actual, assim como serviu de modelo para o liberalismo político e económico e a reforma humanista do mundo ocidental no século XIX.

<sup>8</sup> O progresso intelectual dos séculos XVII e XVIII deveu-se, antes, a fatores decorrentes dos principais movimentos económicos e culturais da história europeia desde o fim da Idade Média. As conquistas da filosofia e da ciência nesses séculos, juntamente com as novas atitudes que daí resultaram, constituem a *Revolução Intelectual*. Esta revolução teve um alcance bastante amplo e os seus resultados foram, talvez, mais significativos para a nossa geração atual (Da Silva, 2001).

O iluminismo opunha-se ao Antigo Regime, por considerar que o absolutismo monárquico era injusto, que impedia a participação burguesa no processo de tomada de decisões políticas e de realização das suas actividades. Simultaneamente, o iluminismo condenava o mercantilismo que era um sistema económico proteccionista que constituía um óbice ao desenvolvimento do capitalismo.

DA SILVA (2001), enfatiza que iluminismo tem raízes no renascimento e baseava-se no racionalismo, a primazia da razão humana como base do conhecimento. Por uma sociedade equilibrada e para a felicidade do homem, os iluministas defendiam a liberdade, a justiça, a igualdade social, Estados com divisão de poderes e governo representativos. Distinguem-se dois grupos dentre os principais iluministas: do liberalismo social: Montesquieu, Rousseau e Voltaire; do liberalismo económico: Quesnay e Smith

Montesquieu, diferentemente de Voltaire, defende que os grandes países deviam usar despotismo esclarecido; os médios, a monarquia constitucional e os pequenos à república. Em sua obra, “*O Espírito das Leis*” (1748), criticou a sociedade da sua era e defendeu que para salvaguardar as liberdades, o poder político devia-se dividir em três: Legislativo, Executivo e Judiciário. Voltaire, defensor das liberdades, considerava bárbaras todas as restrições a liberdade de expressão e de opinião. Voltaire deixou a célebre frase “Não concordo com uma única palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo” (da Silva, 2001).

Sugeri que os países atrasados deveria adoptar o absolutismo esclarecido, e os mais avançados, governo republicano ou liberal. Rousseau, (pai do Romantismo) e defensor da soberania popular, a vontade individual subordina-se a vontade colectiva.

Foi com base nesta análise que sugeri o “*Contrato social*”, segundo o qual os interesses da maioria expressos por voto, seriam superiores em relação aos individuais, isto permitiria a igualdade de todos. Rousseau

foi também crítico acérrimo da política mercantilista, como corrente económica responsável pelo controlo e regulamentação dos preços, salários e monopólios dos governos.

Quesnay, fisiocrata e economista francês, condenava a intervenção do Estado na economia e advogava a liberdade individual de comprar e de vender bens e serviços, na qual cada um o fizesse livremente onde fosse mais conveniente. Este pensador defendia tenazmente que a terra era a fonte da riqueza, a seu ver, o comércio é estéril porque resume-se basicamente em transferência de mercadorias. Adam Smith, economista escocês e pai liberalismo económico, autor da “*Riqueza das Nações*”.

Sandroni (1999), resume que o fundamento da perspectiva smithiana sobre a economia clássica, exalta o individualismo e nega a intervenção do Estado na economia. Smith inspirou-se em William Petty<sup>9</sup> nas suas análises sobre os efeitos da divisão de trabalho na produção e a produtividade. Este considera a livre-concorrência como o elemento chave da economia do mercado e desenvolveu o conceito da “*mão invisível*”.

Enciclopedistas como Diderot e Rond d’Alembert deram valiosas contribuições no processo de conquista das liberdades. O primeiro, acreditava que a liberdade é um presente do céu e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dele logo que goze da razão; O segundo, defendia que as verdades do racionalismo e dos estudos científicos devem ser ensinadas as populações, na esperança de que no futuro, todo o mundo pudesse se livrar das amarras do absolutismo e dos tiranos. Merquior citado por Rouanet (1987: 200) resume que o Iluminismo foi o “prelúdio à realidade tecno-social do mundo contemporâneo — a sociedade industrial de tipo liberal”.

### **Da Magna Charta Libertatum ao triunfo do Parlamentarismo na Inglaterra**

<sup>9</sup> PETTY, William (1623-1687). Economista inglês, considerado o precursor da escola clássica e fundador da estatística económica.

A outorga da Magna Carta em 1215 ao Rei João sem Terra, a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) em 1668 e o Triunfo do Parlamentarismo, constituem três grandes conquistas dentre as mais importantes da história da democracia inglesa. A Magna Carta foi outorgada pelo Rei João Sem Terra em 1215 d.C. na Inglaterra (Albuquerque, 2007: 9). Este documento reduziu os poderes do Rei a favor do Grande Conselho que tomava decisões importantes sobre a vida do país. Neste contexto, a Magna Carta constituiu a base das liberdades do povo e deu origem ao parlamento inglês<sup>10</sup> como corpo legislativo supremo.

É importante sublinhar que, cláusula do *habeas corpus* era parte integrante da *Magna Charta Libertatum* de 1215, depois sofreu uma emenda, que chamou de *habeas corpus amendment act*<sup>11</sup> promulgada em 1679. No espírito do direito anglo-saxónico, o objectivo do *habeas corpus* era de proteger a integridade física e a liberdade pessoal contra os abusos do regime absolutista. A luz do *habeas corpus*<sup>12</sup>, ninguém podia ser preso ou condenado arbitrariamente ou ilegalmente sem culpa formalizada por uma entidade competente. Nos termos do *habeas corpus*, nenhum cidadão seria agredido ou torturado.

Foi neste prisma que se instaurou a monarquia constitucional, cujo poder executivo está nas mãos do *Premier*, que por sua vez subordina-se ao Parlamento – órgão legislativo supremo. Delorme citado por Tocqueville (2005: 77) afirma que “este é princípio fundamental para os

<sup>10</sup> O Parlamento Inglês teoricamente é formado pela Coroa, Câmara alta ou Casa dos Lordes (*House of Lords*) e Câmara baixa ou Casa dos Comuns (*House of Commons*). Mas na prática é bicameral, porque é controlado apenas pelas duas casas (Enciclopédia Encarta, 2001).

<sup>11</sup> Após um longo período, no ano de 1679, também na Inglaterra, é criado o “*Habeas Corpus Act*”, concedido apenas quando se tratasse de pessoas privadas da sua liberdade em razão de crime, não se aplicando em nenhum outro caso de prisão ilegal (Revista Âmbito Jurídico - *O habeas corpus* no Direito Processual Penal) disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/1292.pdf>.

<sup>12</sup> Em 1774 a ideia de *habeas corpus* chegou à Declaração de Direitos do Congresso de Filadélfia e mais tarde, em 1789, passou para a Declaração de Direitos proclamada pela Assembleia Legislativa Francesa, tendo sido então acolhida pela maior parte das Constituições posteriores (Dias, 2010: 5).

advogados ingleses, que o parlamento pode fazer tudo, excepto tornar uma mulher um homem ou um homem uma mulher”<sup>13</sup>.

No início, a democracia inglesa se resumia no “direito económico”, concedendo um leque de direitos à alguns cidadãos, excluindo as classes mais baixas e as mulheres. Hoje, a democracia assenta na primazia do indivíduo, entendido como alguém que é titular de um conjunto de direitos, que pode exercê-los desde que o faça sem prejuízos a outrém (Loughlin, 1999).

Nos início do século XIX, na sequência do processo da revolução industrial, cujo pioneiro foi Reino Unido, substituí-se a aristocracia feudal para burguesia industrial. Já nos finais do mesmo século, classes baixas, trabalhadores industriais em particular, formaram sindicatos e partidos políticos.

### A Democracia moderna americana

Depois da declaração [unilateral] da Independência dos Estados Unidos em 1776, que foi reconhecida e outorgada oficialmente pela Coroa Inglesa, através do Tratado de Versalhes, estabelecido a 25 de Novembro de 1783, os EUA torna-se a primeira democracia moderna na História da Humanidade.

Em Setembro de 1789, o Congresso aprovou uma série de emendas constitucionais<sup>14</sup> em defesa dos direitos individuais dos cidadãos, assegurando a liberdade de expressão, imprensa, religião, de reunir, protestar e exigir mudanças. Em 30 de Abril de 1789, foi eleito George Washington<sup>15</sup> como primeiro presidente dos EUA. Cerca de 1790, duas facções partidárias surgiram na sequência do debate em torno do processo de formação de um governo nacional. Por um lado, os federalistas (*Whigs*) liderados por

<sup>13</sup> Traduzido literalmente da frase original “*It is a fundamental principle with the English lawyers, that parliament can do everything, except making a woman a man or a man a woman.*”



Alexander Hamilton, preferindo um governo central poderoso, apoiavam interesses do comércio e da indústria; por outro, os democratas-republicanos dirigido pelo Thomas Jefferson, defendiam uma república agrária e descentralizada, na qual o governo central teria poderes limitados.

Ashworth citado por Izecksohn (2003: 51-2), afirma que “os jeffersonianos defendiam a superioridade da organização social agrária sobre o ambiente urbano-industrial. Nesse mundo, os fazendeiros, fossem escravistas ou não, podia usufruir dos direitos iguais e compartilhar as mesmas aspirações da liberdade e da democracia”. Taylor (2000: 110), diz que nos começos apenas homens protestantes que tinham propriedade e com renda<sup>16</sup> aceitável poderiam votar. Não votavam as mulheres, os pobres, os servos, os católicos e judeus, os escravos africanos e os nativos da América.

Taylor (2000) diz que nos anos 40 do mesmo século, com apoio do *Francis Wright*, as mulheres (por ex.: elas não votavam, não falavam ao público, etc.) conquistaram alguns direitos: Elisabeth C. Stanton e Lucretia Mott lutaram e influenciaram a criação da primeira Convenção dos Direitos da Mulher, exigindo a igualdade com os homens perante a lei, oportunidades na educação, no trabalho, o direito ao voto. Nomes como Ernestine Rose e Susan B. Anthony também lutaram pela mesma causa.

É importante considerar que a escravatura (na América do Norte) foi uma das graves formas de violação dos direitos do homem. Esta prática, infelizmente, foi a “força motriz” para construção da economia norte-americana, particularmente a dos estados sulistas. Por isso, o processo do movimento abolicionista foi extremamente difícil. Em torno desta matéria, Tocqueville (2005: 416) conclui que “a questão da escravatura, era para os senhores, no Norte uma questão comercial e manufactureira; no Sul uma questão de

vida ou morte. Portanto, não se pode confundir a escravidão no Norte e no Sul.”

Insistimos nesta questão de escravatura baseando-nos em “os paradoxos do liberalismo” do Ngoenha (2013). Primeiro, porque a história do liberalismo *per se* está relacionada com a da escravatura, na qual os EUA, apesar de ostentar o timbre do estado democrático moderno, foram um dos históricos exemplos da escravatura e do racismo. Segundo, é evidente que a questão da liberdade foi sempre uma utopia política, ora vejamos: grandes personalidades políticas norte-americanas da época, como George Washington, James Madison, James Jefferson, eram proprietários de muitos escravos.

Apesar do Congresso ter abolido o tráfico de escravos em 1808, os países sulistas defendiam para manter a economia escravagista a todo o custo, usando todos os mecanismos possíveis. Contudo, nos inícios de 1830, abolicionistas como William Lloyd Garrison, Frederick Douglass e Theodore Dwight Weld, inspirados pelo princípio de que “*todos os homens são iguais e livres*” lutaram usando várias formas<sup>17</sup>, para libertar os escravos afro-americanos. Incluem-se, nesta luta pela liberdade, os casos de Dred-Scott e de John Brown, este último acusado e executado por crime de sedição. Izecksohn (2003: 74) confirma que “para restaurar a união seriam necessários quatro anos de guerra (1861-1865), a destruição da escravidão no Sul e a reorganização da economia política da confederação pela coalizão vencedora.”

Portanto, o movimento abolicionista venceu a batalha. Mas, a vitória foi influenciada pelo processo da guerra civil (1861-1865) e da conquista dos vastos territórios do Oeste. Um dos elementos determinantes, foi o facto do domínio

<sup>17</sup> Os abolicionistas usaram a imprensa, a crítica aos escravagistas e o Governo (dada a “apatia” quanto ao assunto) ajudaram muitos escravos a fugir secretamente para sítios considerados mais seguros (Norte dos Estados Unidos e Canadá) prática conhecida por *Caminho de Ferro Subterrâneo* (uma das importantes figuras dessa prática foi uma ex-escrava Harriet Tubman) e pressão ao Congresso para por termo a escravatura no Sul.

económico-político do norte capitalista-industrial sobre o sul escravagista-feudal.

Em 1787, foi constituído o Governo federal dos Estados Unidos da América, cuja Constituição saiu dos famosos artigos federalistas (*The Federalist Papers*), cujos principais redactores dos *The Federalist Papers* foram Alexander Hamilton, James Madison e John Jay (Freitas, s/d:10). Para o fazê-lo, estes políticos procuraram equilibrar e acomodar os vários interesses, tendo em conta a heterogeneidade da sociedade americana.

Portanto, à luz da Constituição, o governo federal assumiu os seguintes princípios democráticos: Separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); todas os cidadãos são iguais perante a lei e têm igual direito a sua protecção; Os governos estaduais devem respeitar e proteger as leis, devem ter forma democrática; o povo tem o direito de mudar sua forma de governo nacional através de meios legais previstos na Constituição (Taylor, 2000).

Também é obrigação do governo federal, de acordo com a Constituição, promover, , dentre outros valores, a união entre os estados; a justiça para todos os cidadãos; a tranquilidade interna; defesa comum; o bem-estar geral e as liberdades. Ainda, a constituição prevê o *impeachment*<sup>18</sup>. Algumas destas competências são frutos de emendas (ex. A Carta dos Direitos com dez emendas, incorporada na Constituição em 1789).

Schroeder (2000), descreve que os órgãos da soberania norte-americana se dividem em três: Poder legislativo, representado pelo Congresso, este, por sua vez formado Senado (composto por dois membros de cada Estado eleitos) e Câmara dos Representantes (número dos membros é proporcional à população de cada Estado). Quer o Senado como a Câmara dos Representantes, para facilitar os trabalhos do órgão, usam o sistema de comissões especializadas; Poder executivo, formado pelos seguintes organismos: Presidente, Vice-Presidente, Escritório

executivo do Presidente, 14 Departamentos e várias instituições independentes, Corporações Governamentais e Agências semi-governamentais. Por último, o Poder Judiciário, assegurado pela Suprema Corte de Justiça

Os Estados Unidos é um país de muitos governos, unidos pelos mesmos ideias. Para além do governo federal, existem os governos estaduais, unidades autónomas, que observam a separação dos 3 poderes. O executivo é representado por um Governador, eleito de 4 em 4 nos; Legislativo (bicameral), formado pelo Senado e Câmara dos Representantes e o Judiciário pelos Tribunais estaduais. Ao nível municipal, existe um governo, geralmente constituído pela combinação Prefeito (eleito) e Conselho cujos representantes dos bairros componentes; Comissão (com membros eleitos), combina funções legislativas e executivas e por último o Administrador da Cidade, assume funções administrativas e supervisiona actividades departamentais. Para questões directamente ligadas à administração local, o sistema faz coabitar governos dos Condado, das Vilas e dos Vilarejos, incluindo distritos.

Diante desta cadeia de governos (federal, estadual, municipal e outros), é responsabilidade do governo central exigir que estes governos sejam democráticos, que não adoptem leis contrárias à Constituição e aos Tratados dos Estados Unidos.

Uma das importantes fases do desenvolvimento da democracia norte-americana, chamou-se era jacksoniana. Dos Santos (s/d) afirma que Alexis Tocqueville ao apresentar a democracia americana como uma sociedade de homens mais iguais, parece ter se fixado em três aspectos importantes e os ter eleitos como aqueles que são significativos para que se pudesse compreender o fenómeno democracia. O primeiro foi definido e classificado como o de "igualdade de condições". O segundo diz respeito à igualdade de oportunidades. O terceiro, é aquele que faz com que a sociedade americana não possua uma estratificação social rígida, nem permita haver qualquer impedimento social, legal ou político à ascensão social. Isto

é, os americanos se encaram como iguais não apenas perante a lei, mas também ao exercer qualquer atividade social.

### **O projecto de Liberdade, igualdade e fraternidade na França**

O legado da Revolução Francesa, cujo lema foi “*Liberté, Egalité, Fraternité*”, constituiu-se em seguintes grandes eixos principais: o derrube do Antigo Regime (Absolutismo); a criação de bases para Estado-Nação moderno; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e institucionalização dos Direitos Cívicos. Mas, é preciso notar que, a queda da monarquia absoluta não implicou, automaticamente, a democratização da França, foram necessários vários decénios de políticas reformistas para que França se tornasse uma república democrática.

Loughlin (1999) diz que apesar da França constituir exemplo republicado na Europa, situava-se entre os mais centralizados da Europa. Apesar de adoptar uma política republicana de estado-nação que promove a igualdade de tratamento dos cidadãos e território, persistia o sistema tal como o *cumul des mandats* (acumulação de mandatos) e a representação no Senado. Contudo, a reforma descentralizadora promovida nos anos oitenta, alterou o papel dos perfeitos e criou novos organismos, tais como conselhos regionais eleitos.

Depois de golpear o Directório a 18 de Brumário (9 de Novembro de 1799), Napoleão Bonaparte constituiu seu Consulado, durante o qual, ele promoveu uma série de reformas: estabilizou: resolveu as diferenças religiosas entre católicos e revolucionários; tirou a máquina administrativa da anarquia; reorganizou o aparelho do Estado; dinamizou o comércio, a indústria e a banca; construiu um leque infra-estruturas, reformou as políticas do ensino em função às exigências dos novos tempos.

Mas, paradoxalmente era este mensageiro dos ideais liberais que tratava com “selvajaria” os povos por si

conquistados. O consulado era constituído por três Cônsules, sendo Napoleão o primeiro, cabia a ele elaborar leis, nomear ministros, assumir a responsabilidade do orçamento, cuidar da diplomacia e da guerra. Seguiu o Conselho de Estado, que preparava e elaborava projectos de lei, o Senado zelava pela constitucionalidade das leis, o Tribunal debatia as leis e o órgão legislativo votava nas leis, sem as discutir.

Neste contexto, sob auspícios do Consulado, foram elaborados três códigos: Comercial, Penal e Civil, este último promulgado a 21 de Março de 1804 (com 36 leis e 2281 artigos), previa, entre outras reformas, o direito sagrado à propriedade, abolição da propriedade senhorial, a lascização do Estado. Napoleão tinha plena consciência do alcance deste instrumento jurídico e dizia “A minha governação assenta num pressuposto: governar os homens de acordo com a vontade da maioria. Acredito que esta é a maneira de reconhecer a soberania popular”. Já em Santa Helena<sup>19</sup> em jeito de balanço dos seus feitos, Napoleão dizia “A minha verdadeira vitória não se traduz nas quarenta batalhas que ganhei; Waterloo apagará a lembrança de tantas vitórias. Aquilo que nunca será esquecido é o meu código civil” (Ibidem, p.129).

Ao que tudo indica é que até ao século XIX, os regimes democráticos estabelecidos na Inglaterra, Estados Unidos e França, países cujas revoluções marcaram a história universal, não eram (na prática) democracias liberais, como teoricamente se defendia. Boa parte dos cidadãos não gozava de liberdades e oportunidades como tais. Germain (1974:102), afirma que a democracia liberal do século XIX era essencialmente «uma democracia de proprietários» que compreendia igualdade como a supressão de toda a desigualdade, com excepção daquela que provinha da distribuição desigual da riqueza. Foi o caso, nomeadamente, da Inglaterra – quer os governos fossem liberais ou conservadores. Foi o caso dos Estados Unidos

onde, até à Primeira Guerra Mundial, o governo de homens de negócio ocupando-se de negócios».

### **A globalização como arauto da democracia**

As crises de petróleo dos anos 70, as guerras e calamidades naturais, levaram muitos países em vias do desenvolvimento, particularmente em África e América-Latina, a contrair dívidas externas elevadíssimas junto das instituições financeiras internacionais, especialmente as do *Bretton Woods* FMI e Banco Mundial, baseadas na filosofia neoliberal, que foi endossada pelo política reformista de *Washington Consensus* em 1989.

Tomando como exemplo este país (Moçambique), dada a situação económica crítica, este país foi obrigado a abandonar o socialismo e o monopartidarismo e adoptar a economia do mercado e o multipartidarismo, em troca de ajuda financeira ocidental do FMI e do Banco Mundial (Matsinhe, 2011). Um dos reflexos dessa ajuda foi a implementação do Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Com o fim da guerra-fria, assiste-se, como afirma Fukuyama (1992) a universalização da democracia liberal como a forma final de governação humana e do capitalismo como melhor sistema económico.

A introdução do regime democrático neste país nos inícios do decénio 90, teve impulsos geopolíticos no contexto da lógica bipolar da guerra fria, cujos principais protagonistas eram URSS e EUA e, a ajuda externa era crucial para a sobrevivência. Os gémeos de *Bretton Woods* tornaram-se o instrumento político principal para tal empreendimento. Através de implementação de programas de reformas económicas e políticas, concebidos em Washington, mudanças constitucionais do interesse dos Estados Unidos. Por isso Moçambique mudou a sua orientação socialista para um economia do mercado e um estilo de democracia ocidental.

No período pós guerra fria, com a expansão do capitalismo e da globalização, as relações entre o ocidente e alguns países em desenvolvimento, obedeceram a nova ordem

económica e político-estratégica, na qual países recipientes foram persuadidos no sentido de promover e respeitar os direitos humanos, transparência na gestão pública, promover a justiça, garantir pluralismo político, desencadear reformas públicas.

Estas condições dos doadores sobre os países recipientes influenciaram diretamente a consciência de construção de um Estado democrático, ainda que forçada. No espírito dessa

nova ordem, foram criadas condições atraentes para maior investimento directo estrangeiro.

### **Princípios básicos da democracia contemporânea**

*«É a função do cidadão evitar que o governo caia em erro».*

Robert H. Jackson (Membro da Suprema Corte Americana)

Grosso modo, os princípios democráticos aqui discutidos são frutos da conquista ao longo de muitos séculos, tendo em conta as particularidades da evolução económicas, histórico-política e intelectuais de cada país ou região. São vários os princípios que caracterizam uma democracia moderna; mas, neste artigo, serão apresentados apenas oito, devido a sua pertinência.

**1. Princípio de separação de poderes** - A doutrina de separação de poderes é produto de conquista dos intelectuais filósofos do século XVIII. No período anterior a este princípio, as leis, geralmente eram meras vontades dos monarcas absolutos, totalitários, déspotas, ditadores. Locke e Montesquieu defenderam que para salvaguardar as liberdades e o pleno funcionamento das instituições, era imperiosa a divisão de poderes.

O Poder Executivo é do governo, cujos membros são eleitos regularmente através de eleições livres. Cabe ao executivo garantir o cumprimento das leis, em função das vontades do povo. O Poder Legislativo, não elabora e aprova leis, mas também fiscaliza as acções do executivo, ao serviço do povo que o elegeu. O Poder Judicial é responsável pela legalidade das acções do governo e

cumprimento das leis. Para que haja justiça do poder judiciário, passa pela existência de tribunais fortes e independentes. Os juízes devem ser profissionais, independentes, transparentes e imparciais. O ofício judiciário é baseado nas leis legalmente aprovadas. É o garante do “*Rule of Law*”, ou seja, todos os cidadãos são iguais perante a lei.

**2. Estado de Direito (*Rule of Law*)** - Em democracia, o Estado de Direito Democrático, é de extrema importância porque protege os direitos fundamentais dos cidadãos. Garante que nenhum cidadão esteja acima da lei. Nesta perspectiva, o governo democrático exerce sua autoridade à luz das leis, que devem expressar a vontade do povo. O Estado de Direito Democrático, requer separação de poderes, isenção e maturidade do Poder Judiciário. Não podem existir prisões ou apreensões arbitrárias. Pelo contrário, as autoridades devem prevenir e proteger todos os cidadãos.

**3. Princípio da maioria** - É aplicado no processo de aprovação das leis, nos processos eleitorais, referendos etc. A luz deste princípio, o cidadão eleito pela maioria deve ser o governante ou dirigente na área para a qual foi eleito. A lei que for votada pela maioria, é a lei que deve vigorar e cumprida. Contudo, as opiniões e os sentimentos, valores culturais, linguísticos, as crenças religiosas devem ser respeitados e protegidos. Neste contexto, a democracia deve ser tolerante e protectora dos interesses e valores das minorias. De igual modo, os direitos individuais dos cidadãos devem ser protegidos.

Dahl (2012: 215 et seq), afirma que o domínio da maioria maximiza a auto-determinação, é uma consequência necessária para reunião de requisitos razoáveis, oferece maior probabilidade de gerar decisões correctas e cria condições para a maximização da utilidade. Este princípio é fundamental e indispensável no processo de tomada de decisões.

Para Kelsen citado por França (s/d), considera que “o princípio da maioria é característica fundamental da democracia procedimental porque maximaliza as liberdades individuais”. Porém, Bobbio citada por França (s/d), diz que este princípio não passa de uma simples regra [de jogo], apenas para cálculo de votos e não constitui um ideal que sustenta o sistema democrático. Por seu turno, Aristóteles, relaciona o princípio da maioria com “democracia deliberativa”, destacando que a maioria devia deliberar com prudência, tendo em conta o bem comum do povo.

França (s/d) diz que prudência está presente na democracia deliberativa, a República é a forma de governo que possibilita a maior participação dos cidadãos nas deliberações acerca da administração dos negócios públicos. Para concretizar um ideal de democracia deliberativa, esta maioria deverá ser a classe média, já que é a classe que mais facilmente age de acordo com a razão. O homem prudente é capaz de deliberar com vista ao bem-estar em geral. Somente a forma de governo que possibilite ao homem realizar-se como animal social e racional, com vista ao bem comum, pode conduzir aos cidadãos à *eudaimonia*.

**4. Princípio dos Partidos Políticos** - A preservação e protecção dos direitos e das liberdades individuais é feita pelos Três Poderes, os partidos políticos e sociedade civil chamados a participar activamente. Sejam pequenas ou grandes coligações partidárias, os partidos políticos assumem valores comuns, através da liberdade de expressão, reflectem, analisam e apresentam melhores propostas sobre políticas públicas.

Os partidos políticos devem chegar ao poder através de eleições justas, livres e transparentes, com o objectivo central de servir melhor ao povo. Os partidos que perdem eleições devem ter espaço para darem suas contribuições em prol da construção da democracia e desenvolvimento



social. Todos os partidos políticos devem gozar de igual protecção jurídico-legal.

**5. Articulação das Relações Cíveis e Militares** - A relação entre os cíveis eleitos e militares deve ser de subordinação. Por serem eleitos, os dirigentes e representantes do povo, deve dirigir as forças militares e tomar decisões ligadas à defesa nacional. Em democracia, os militares cumprem uma “missão nobre”, que é de proteger o país e as liberdades do povo, os militares não devem apoiar partidos políticos, grupos étnico-linguísticos ou elites sócio-económicas. Os militares devem ser leais e fieis ao Estado, devem ser servidores neutros, guardiões e protectores do povo. O controlo do poder civil sobre os militares não pode colocar em causa os valores democráticos, nem os direitos e liberdades consagrados na Lei.

**6. Responsabilidades do Governo e do Cidadão** - As responsabilidades do governo e do cidadão são complementares. Se o governo e o cidadão devem cumprirem suas obrigações com cultura democrática.

As autoridades públicas devem garantir transparência das instituições. Devem prestar contas sobre suas decisões e acções aos cidadãos. Devem impedir todas práticas que põem em causa o bem público e tornar as instituições públicas acessíveis ao cidadão. O Estado deve servir-se de juizes e auditores independentes, de modo a cuidar, de forma imparcial, do processo de gestão dos recursos públicos em consonância com leis vigentes.

Portanto, mais do que exercer o direito de voto, o cidadão tem direitos e deveres que se complementam com atribuições do Estado. Cabe ao cidadão, cumprir as leis vigentes e agir, com pacificidade, contra actos ou dirigentes detestáveis. A saúde duma democracia depende do tipo do cidadão. Este devem ser suficientemente activo, formado e informado, visto que o fracasso do governo é da sua responsabilidade. Contudo, o exercício pleno da cidadania passa necessariamente pela promoção e protecção das liberdades fundamentais.

**7. Os Direitos Humanos** - A transversalidade da questão dos Direitos Humanos<sup>20</sup>, remete à qualquer governo democrático a criação de mecanismos legais para promoção e defesa direitos fundamentais do ser humano. Os Direitos Humanos gozam um carácter inalienável, indivisível e universal. Artigo primeiro anuncia que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão, de consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Tosi, s/d).

O paradigma contemporâneo dos Direitos Humanos, constitui o dever primário que ser garantido por qualquer poder democrático, por serem direitos naturais e imprescritíveis. Bobbio citado por Bellinho (s/d: 14) afirma que “sem os direitos do Homem reconhecidos e protegidos não há democracia. Sem democracia não existem condições mínimas para a resolução pacífica dos conflitos.”

Contudo, até os nossos dias, a questão dos direitos humanos, constitui grande desafio para os países, particularmente na África, América-Latina e Ásia. Muitos países destas regiões, ainda não respeitam os Direitos Humanos. De forma geral, considera-se que países em situação de guerras são os piores violadores dos Direitos Humanos, dada a situação de hostilidades e confrontos político-militares, muitas vidas se perdem de forma indiscriminada.

**8. As liberdades** - Em democracia, a questão das liberdades goza uma transversalidade inquestionável. As liberdades são o principal “barómetro” de qualquer regime democrático, elas devem ser garantidas duma forma multisectorial, pelas instituições e órgãos soberanos do Estado. Uma vez conquistadas e consolidadas, as liberdades gradualmente tornam-se a cultura do povo, que vive na alma individual e colectiva dos cidadãos, de gerações em gerações.

Aristóteles citado por Dias (2010) reforça que “a base de um estado de direito democrático é a liberdade.” Um

Estado de direito democrático, é aquele que concede e protege um leque de liberdades aos cidadãos (económica, social, política, religiosa, etc.).

Durante a história da democracia, o processo da conquista da igualdade se realiza como um impulso natural da humanidade, poderia ser considerado o “motor da história”, e como tal, transformador da própria história. Mas esse impulso dos homens ao igualitarismo também era um processo providencial que nenhum ser humano poderia impedir de se realizar (Tocqueville citado por dos Santos, s/d).

Porém, não se pode fazer miscelânea entre as liberdades em referência com violência, calúnia, difamação, subversão, intimidação ou actos obscenos contra quem quer que seja. O fundamento de qualquer regime democrático é a liberdade. Para que a democracia se construa de forma sólida, as liberdades devem ser plenamente outorgadas e reconhecidas no seio do governante e do governado.

O exercício da cidadania depende basicamente da promoção das liberdades. Daí que, apesar das reais condições da vida económica, social e política dos cidadãos de diversos estratos sociais, de um povo, de uma nação ou de um Estado, sejam factores determinantes do processo da actividade pública, os homens não poderiam abandonar a busca pela concretização de um ideal – a liberdade (Ibidem, p.1).

### **Crítica à democracia contemporânea**

Desde os tempos greco-romanos até hoje, foram desenvolvidas várias abordagens críticas sobre a democracia. Naturalmente, as críticas são feitas em função das imperfeições do processo do desempenho democrático, dado que as “*democracias*” *nunca são plenamente democráticas* (Dahl, 2012: 280). Reconhece também Sartori (1987, 1994) citado Leister e Chiappin (2011: 213), que “a democracia é um artefato e, na verdade um macroartefato em evolução [...] e nossos artefactos políticos

são, em grande parte, um produto da nossa trôpega caminhada através de tentativas e erros”.

A abordagem Schumpeteriana<sup>21</sup> sobre a democracia é completamente diferente a de muitos teóricos. Este considera que “democracia é a luta pelo voto e nega a visão clássica de soberania popular” (Bueno, s/d), concluí que as grandes decisões políticas e económicas que determinam hoje os destinos das pessoas não são mais (se é que foram algum dia) o resultado de um balanceamento de opiniões, num discurso e contradiscurso público, e não são o resultado de debates parlamentares. Do jeito como estão as coisas hoje é praticamente impossível trabalhar de outro modo senão por meio de comissões. Assim elimina-se o plenum do Parlamento sua condição de algo público transformando-o numa simples fachada

Hansen, por sua vez, diz que “democracia [procedimental] é apenas uma forma, apenas um método de criação da ordem social colectiva. É a forma do governo que prevê regras e procedimentos que possibilita aos cidadãos tomar decisões.” Diz ainda que “o homem é, por natureza, um indivíduo anti-social e auto-interessado, assim naturalmente ele exige liberdade, querendo impôr sua vontade para satisfazer os seus interesses.”, o princípio da maioria numérica torna a democracia minimalista, porque, na óptica de Bobbio citado por França(s/d), é simplesmente uma regra para o cálculo de votos, não podendo ser considerada como um ideal no qual se sustenta um sistema democrático não pressupõe a ideia de igualdade, e por isso a igualdade não pode servir para justificar o princípio da maioria[...]o princípio da maioria pode ser respeitado, no entanto os votos não são igualmente considerados.

Enquanto Sartori e Kelsen exaltam a democracia representativa, Bobbio citado por França (s/d), foca no conflito entre os interesses individuais e partidários dos representantes em relação aos interesses da maioria, “os

representantes eleitos por um determinado partido acabam por estar vinculados aos interesses particulares do partido”, o que apelida de neo-corporativismo, sistema típico de tomada de decisões envolvendo interesses particulares, que basicamente é caracterizado por uma relação conflitual triangular, entre os grupos de interesses que se opõem e o parlamento que representa os interesses nacionais.

Na sua abordagem crítica, Bobbio afirma que democracia moderna (representativa) não eliminou as elites, apesar de ter evoluído e passado, há tempo, de democracia política para democracia social<sup>22</sup>. França (s/d) diz que para passagem da democracia política para a democracia social, que caracterizaria uma evolução da democracia é preciso que o desenvolvimento da democracia seja medida não pelo aumento do número dos votantes na esfera política, mas, sobretudo, devem ser observados todos os espaços sociais em que os indivíduos podem exercer este direito de voto.

A imperfeição do processo funcional dos governos democráticos, violações, o incumprimento ou má implementação dos princípios democráticos, naturalmente dão lugar à críticas. Contudo, no espírito da cultura democrática, estas abordagens críticas, geralmente constituem contribuições valiosas para a melhoria do sistema democrático, em prol de boa governação, sobretudo da felicidade e do bem-estar da sociedade.

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Quer a democracia ateniense e romana no mundo clássico, quer a democracia inglesa, americana na era moderna e francesa [nos alvares da idade contemporânea], foram democracias limitadas e elitistas, apesar de constituírem a base das democracias de hoje. A democracia enquanto

<sup>22</sup> Democracia no plano político considera o indivíduo como cidadão e a democracia no plano social considera o indivíduo como um ser na multiplicidade do seu *status* social.

proposta de governação, desde a era clássica até aos nossos dias foi caracterizada por um desencontro entre a sua abordagem teórica (em forma de leis, discursos, etc.) e a prática na vida quotidiana dos cidadãos.

- É importante destacar a influência dos filósofos iluministas no processo de conquista das liberdades que alçerçam os regimes democráticos: A teoria de separação de poderes do Locke e Montesquieu, O contrato social de Rousseau; Voltaire, defensor de liberdades individuais, de expressão, de opinião, liberdade religiosa, [só para dar alguns exemplos].
- Nascida em Atenas no “século de Pericles” [amadurecida na Revolução Gloriosa, Americana e Francesa], a ideia de democracia começou a expandir-se rapidamente no pós II Guerra Mundial no Ocidente. A universalização da democracia como forma de governação inicia no pós Guerra-Fria, como um *software* globalizante [incluindo o lado instrumental do *Post-Washington Consensus*]. Porém, a peculiaridade histórico-política, económico-social e cultural com que certo país ou região evolui, reflecte no no funcionamento da democracia, [nuns democracias é ainda mero projecto do sistema político, noutros é cultura que vive na alma do povo. Na verdade, as liberdades e os direitos fundamentais que hoje constituem a base fundamental do sistema democrático, são resultados de processo longo de conquistas e, estes valores devem ser constantemente renovados, promovidos e protegidos pelos Estados, de modo que seja a cultura planetária nesta [profética] aldeia em que vivemos.

### • Referencias

- [1] ABRAHAMSSON, Hans; HETTNE, Björn e NILSON, Anders (2001). *Pobreza, Conflito e*

- Desenvolvimento. Algumas reflexões sobre Angola e Moçambique.* Suécia – Universidade de Göteborg. Padrigu Papers.
- [2] BELLINHO, Lilinth Abrantes. *Uma evolução histórica dos Direitos Humanos.* UniBrasil. s/d.
- [3] BOBBIO Norberto (1986). *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo.* Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- [4] BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (1998). *Dicionário de Política.* 11ª ed., Tradução de Carmen C. Varrionale, Caetano Lo Mônico, João Ferreira, Luís Guerreiro Cacaís e Renzo Dini. 11 ed. Brasília. Universidade de Brasília.
- [5] BOTO, Carlota. *Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da Escola Pública, Laica e Gratuita: O Relatório de Condorcet.* Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 84, p. 735-762, setembro 2003 (Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>).
- [6] BOUDON, Raymond (Dir) (1990). *Dicionário de Sociologia.* Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- [7] BUENO, Roberto. *Carl Schmitt a crítica a democracia liberal.* s/d. [file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-CarlSchmittEACriticaADemocraciaLiberal-4816104%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-CarlSchmittEACriticaADemocraciaLiberal-4816104%20(1).pdf) Acessado 10/03/2015
- [8] DAHL, Robert A (2012). *A Democracia e seus críticos.* Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, Biblioteca Jurídica WMF.
- [9] DA SILVA, Regateiro Fábio et al (2001). *Iluminismo, Revolução Intelectual.* Belém. Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará MEC – SEMTEC.
- [10] DE ALBUQUERQUE, Márcio Vítor Meyer (2007). *Evolução Histórica do Habeas Corpus e sua importância constitucional e processual como forma de resguardar o direito de liberdade.* Fortaleza-Ceará: Fundação Edson Queiroz, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Direito Constitucional.
- [11] DIAKOV V. e KOVALEV S (1976). *História da Antiguidade: Roma.* Tradução de Martins Velho Sottomayor. Lisboa. Editorial Estampa.
- [12] DIAS, Fátima. *Habeas Corpus* (2010). Compilações doutrinárias. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).
- [13] DOS SANTOS, Célia Nunes Galvão Quirino. *Tocqueville: A realidade da democracia e a Liberdade ideal.* Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/santostocquville.pdf> Acessado 16/01/2015
- [14] ECHAUDEMAISON, Cláude-Danièle (Coord.) (2001). *Dicionário de Economia e Ciências Sociais.* 3 ed, Porto. Porto Editora.
- [15] FERREIRA, Nuno Miguel Miranda (s/d). *O Conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter.* Centro de Estudos Políticos, Jurídicos e Sociais (CEJPS).
- [16] FRANÇA, Patrícia da Silva (s/d). *Os Fundamentos da Democracia: Análise das Teorias Democráticas de Aristóteles, Kelsen e Bobbio.* s/d. Disponível no sítio [http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007\\_2/Patricia\\_Silva.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2007_2/Patricia_Silva.pdf) . Acessado em 15/03/2015
- [17] FUKUYAMA, Francis (1992). *The end of History and Mast Man.* USA. Penguin.
- [18] GERMAIN, Jacques (1974). *O Capitalismo em causa.* Tradução de Franco de Sousa. Lisboa. Editorial Estúdios Cor.
- [19] GRIMBERG, Carl. *História Universal* (s/d). A Independência dos Estados Unidos. A Revolução Francesa. Napoleão. Vol 15. Publicações Europa-América.
- [20] HAMBLY, Alonzo L (2012). *Um esboço da História Americana.* Global Publishing Solutions. Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Escritório de Assuntos Públicos.
- [21] IZECKSOHN, Vitor (2003). *Escravidão Federalismo e Democracia: a luta pelo controlo do Estado nacional norte-americano antes da Secessão.* São Paulo. Topoi.
- [22] LEISTER, Ana Carolina e CHIAPPIN. José R. N (2011). *Por uma democracia possível. A teoria de democracia de Giovanni Sartori.* Revista Política hoje, 2 Edição, Volume 20.
- [23] \_\_\_\_\_ *A Teoria de democracia de Giovanni Sartori. Uma defesa da democracia representativa.* Revista Política hoje, 2 Edição, Volume 22.
- [24] LOUGHLIN, John (Coord.) (1999). *A Democracia Regional e Local na União Europeia.* União Europeia. Bruxelas. Comité das Regiões.
- [25] MATSINHE, Luís Salomão (2011). *Moçambique uma longa caminhada para um future incerto?* Porto

- Alegre. Dissertação de Mestre submetida ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- [26] NGOENHA, Severino E (2013). *Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica*. Maputo. PubliFix.
- [27] PROGRESSO (1983). *Pequeno Dicionário Político*. Moscovo. Edições Progresso.
- [28] ROUANET, Sérgio Paulo (1987). *As razões do Iluminismo*. São Paulo. Companhia das Letras.
- [29] SANDRONI, Paulo (Org.) (1999). *O Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo. Editora Best Seller.
- [30] SILVA, Ricardo. *Republicanismo neo-romano e Democracia Contestatória*. Revista de Sociologia Política, Curitiba. Vol.19, n° 3, 2011. Acessado 19/01/2015, 17h no sítio
- [31] <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a04v19n39.pdf>
- [32] SOUSA, Isabel e SOARES, Olívia. *Pensar a História*. 10 Ano, Lisboa. Texto Editora. 1996.
- [33] TAYLOR, Robert L (1989). *Governo do Povo: O Papel do cidadão*. In SCHROEDER, Richard C. *Perfil do Governo dos EUA*. Washington DC. Departamento de Estado dos Estados Unidos.
- [34] TOCQUEVILLE, Alex (2005). *A Democracia na América*. Leis e Costumes. São Paulo. Martins Fontes.
- [35] TORRES, Ferreira. *História Universal*. Antiguidade oriental, antiguidade clássica e inícios da Idade Média. Porto. Edições ASA.
- [36] TOSI, Giuseppe. *História e actualidade dos Direitos Humanos*. s/d. [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi\\_hist\\_atualidade\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/tosi/tosi_hist_atualidade_dh.pdf). Acessado em 14/02/2015.



# Factores que influenciam na escolha dos cursos no Ensino Superior: o caso dos estudantes da UP-Montepuez

<sup>1</sup>JACINTO, Luciano Mário

<sup>1</sup> Mestrando em Desenho de Sistemas na Universidade Pedagógica de Moçambique. Licenciado em Psicologia. Email: [lucianojacinto34@yahoo.com.br](mailto:lucianojacinto34@yahoo.com.br)

30

**RESUMO** — Este trabalho resultou de uma pesquisa feita na Universidade Pedagógica Delegação de Montepuez e fornece uma visão geral sobre os factores que influenciam na escolha dos cursos naquela instituição do ensino superior. A pesquisa teve como objectivo de identificar os factores que influenciam na escolha de cursos no ensino superior. Envolveu estudantes do 1º ano dos cursos de Psicologia, Biologia, História, Geografia e Português. A escolha destes cursos se deveu pelo facto de serem os que registam maior aderência/concorrência ao nível da Delegação. Foram escolhidos aleatoriamente 10 estudantes de cada um dos cursos perfazendo um total de 50 elementos, onde o questionário foi uma das técnicas usadas para colher as sensibilidades dos estudantes em volta das motivações que ditaram na escolha do curso que frequentam. Os resultados da pesquisa mostraram que a maior parte dos estudantes escolheu o curso motivado apenas por factores externos enfatizados pelas teorias não psicológicas, com maior destaque para o grupo de amigos e a imposição dos pais e encarregados de educação. O proponente é da opinião que sejam implantados nas escolas os serviços de orientação vocacional e profissional eno mínimo comecem a funcionar a partir do ensino secundário para permitir que os estudantes tenham informações suficientes sobre o mundo dos cursos existentes nas universidades e conciliem com aquilo que são os seus anseios, interesses, capacidades, habilidades, aptidões e o próprio mercado de trabalho.

**Palavras-chaves:** orientação vocacional, escolha profissional, habilidades, capacidades e ensino superior

**ABSTRACT**—This work resulted from a survey conducted at the Pedagogical University Delegation of Montepuez and provides an overview of the factors that influence the choice of courses in higher education in Mozambique, most notably in this delegation. The research had as general objective to know the factors that influence the choice of courses in higher education. The research involved students of 1st year of Psychology, Biology, History, Geography and Portuguese. The choice of these courses was due because they are those which have more grip / competition at the level of the delegation. Randomly selected 10 students from each

of the courses for a total of 50 elements, where the questionnaire was one of the techniques used to collect the sensitivities of students around the motives that dictated the choice of the course they attend. A qualitative research was carried out aiming to describe the factors that contribute significantly in the choice of courses in the UP delegation of Montepuez. Based on this it was found that most students chose the course only motivated by external factors emphasized by non-psychological theories, most notably the group of friends and the imposition of parents and guardians. The proponent is of the opinion that the basic conditions are created for the vocational and career guidance services start to operate at least from secondary school to allow students to have enough information about the world of existing courses in universities and reconcile with it What are their desires, interests, skills, abilities, skills and the labor market itself.

Keywords: vocational guidance, career choice, skills, abilities and higher education

## Introdução

Com este artigo pretende-se identificar os factores que concorrem de forma significativa na escolha dos cursos e na tomada de decisão para ingresso no ensino superior. Na verdade são diversos os aspectos que de certa forma influem na escolha dos cursos ou profissões podendo se destacar a combinação de factores internos e externos. Esta diversidade de factores torna o processo de escolha bastante complexo e às vezes conflituante, sendo necessário apoio por parte de um orientador vocacional.

A orientação vocacional e profissional visa proporcionar informações sobre um/a determinado/a curso/profissão de

forma satisfatória e sustentável. Com base nas informações facultadas vão permitir que os indivíduos obtenham um autoconhecimento e façam uma boa escolha tendo em consideração que o fim último desta actividade é integrar os indivíduos de forma certa a um lugar também certo para que desenvolvam um bom desempenho e se evite frustrações.

A Orientação Vocacional e profissional é mais do que um momento para a descoberta da profissão a seguir. É um processo em que conflitos, estereótipos e preconceitos são trabalhados, informações sobre as carreiras são oferecidas e a escolha do caminho profissional é realizada a partir do autoconhecimento adquirido na relação com o outro, dentro da realidade social em que o sujeito se encontra (BOCK e AGUIAR, 2002).

Por isso que o processo de acompanhamento e apoio devem começar desde o ensino primário para que o aluno se descubra quanto cedo e tome decisões que respeitem o seu mundo interno e externo. A abordagem deste tema é de extrema importância a partir do momento que pretende contribuir não só com teorias, sim com experiências no sentido de garantir que os candidatos tenham informações suficientes dos cursos existentes nas universidades e consigam fazer ligação entre estes e o mundo profissional, assim como os seus anseios, capacidades, habilidades, aptidões e motivações, enquanto pessoa.

O questionário foi uma das técnicas metodológicas preconizadas para colecta dos dados os quais foram analisados e interpretados de forma qualitativa. Foram submetidos a esta técnica 50 estudantes de 5 cursos, nomeadamente: Psicologia Educacional, Biologia, Português, História e Geografia, cursos que registam maior aderência.

## I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escolha de um/a curso/profissão não tem sido tarefa fácil, porquanto é uma fase decisiva e conflituosa, já que isso implica optar dentre várias possibilidades apenas uma, a qual vai ditar a vida futura do jovem, adolescente ou mesmo do adulto.

Para evitar que os adolescentes e jovens façam escolhas precipitadas estes devem ser proporcionados serviços de orientação vocacional e profissional. Como afirma SOARES (2002), a orientação vocacional significa o processo pelo qual se dá uma ajuda psicológica a um indivíduo de modo a identificar suas aptidões, interesses e seu auto-conceito, na escolha de uma ocupação, a preparar-se para ela, ingressar e progredir positivamente.

Assim, a Orientação Vocacional é, então, um processo, uma trajectória, uma evolução mediante a qual os orientandos reflectem sobre a sua problemática e buscam caminhos para sua elaboração. Tudo o que se trabalha durante a orientação vocacional tem por finalidade levar o orientando a pôr em práticas seu protagonismo quanto ao autoconhecimento e sua visão da realidade, capacitando-o a tomar decisões reflexivas. Na óptica de CARVALHO (1993:102), a Orientação Profissional pode ser definida como

um processo de autoconhecimento e do conhecimento do mercado e das profissões, com objectivo de auxiliar o indivíduo na escolha de uma profissão que responda a seus anseios. Assim reduz-se o risco de frustrações no âmbito profissional, as quais representam gasto de tempo e dinheiro, além de desgaste emocional.

Esses serviços podem funcionar em escolas, universidades e escolas superiores, em instituições de formação, em centros públicos de emprego e outros sítios afins.

Nesta esteira de pensamento esta actividade deverá ser providenciada aos jovens que ainda não se encontram amadurecidos com relação o seu projecto vital visando apoiar/proporcionar um ambiente propício para tomarem decisões certas tendo como quadro de referência as suas habilidades, capacidades, interesses, motivações, o mercado de trabalho e as mudanças socioprofissionais.

O ingresso no ensino superior implicitamente significa uma escolha profissional uma vez que os cursos ministrados reflectem naquilo que o jovem poderá desempenhar no futuro. MAZZARI *apud* TRINDADE (2009) “Ensino superior é um processo que ocorre numa instituição pluridisciplinar de formação dos quadros e de profissionais do nível superior, de pesquisa e de extensão de domínio e cultivo do saber humano.”

Na verdade é importante aumentar a oferta de serviços de Orientação Vocacional no ensino superior para que o candidato saiba de antemão os perfis de saída e de entrada, a duração dos cursos e o seu nível de empregabilidade.

Os candidatos devem proceder à especificação dos objectivos dos serviços de Orientação no ensino superior e, mais explicitamente, estabelecer a relação entre o ensino superior e o nível de qualidade dos serviços de Orientação tendo como panorama a satisfação e rentabilidade na sua futura escolha profissão.

De acordo com ERIKSON (1976), *uma escolha profissional é parte da definição da identidade ocupacional e uma opção que, na visão do indivíduo, irá nortear os caminhos a serem percorridos e nas escolhas futuras.*

Para aludir que a maior parte dos jovens que pretende ingressar no ensino superior não dispõe de experiências, informações, apoio que lhes permita tomar decisões/escolhas bem aturadas evitando frustrações ao longo da formação e no exercício da futura profissão.

Para SANTOS (2005) “escolher é, ao mesmo tempo, decidir e renunciar. Uma escolha implica em deixar para trás as opções que ficaram de fora.”

É nesta perspectiva que o adolescente antes de tomar uma dada decisão necessita de apoio tanto dos seus pais, dos professores, mas principalmente de um orientador que possa auxiliar e proporcionar informações sobre o mercado de emprego, os cursos disponíveis no ensino superior, a

vantagem e desvantagem dos mesmos, e aquilo que são as suas qualidades enquanto um ser único e singular.

Segundo PENTEADO (2009), é extremamente difícil a escolha profissional nas sociedades modernas e, como deve ser feita cedo pelo jovem, esse necessita, cada vez mais, de orientação especializada e eficiente para tarefa tão relevante quanto complexa e que, na escola, é responsabilidade do orientador.

Estamos a querer dizer que existem distintos parâmetros que devem ser observados tanto pelo orientador e orientando, visando garantir eficácia e eficiência nas opções deste último. Trata-se de todo o movimento ou percurso que deve ser seguido pelo adolescente, tendo como base de indicação a sua inclinação, as suas aptidões, habilidades, capacidades conjugadas com as oportunidades que o mercado proporciona.

Há aqui uma necessidade do orientador ser um visionário no sentido de evitar levar o adolescente a um curso que só é válido naquele instante, para tal, deve se informar com relação as metamorfoses sociais, políticas, económicas, culturais, e do próprio mercado de emprego.

Na verdade a escolha de qualquer curso ou profissão está por detrás disso algum motivo, interesse, vocação, informação ou qualquer outro elemento.

Segundo BOCK (2001:310), numa determinada profissão temos aspectos a se considerar para fazer a escolha certa: o mercado de trabalho, a importância social e a remuneração da profissão e ainda o tipo de trabalho e as habilidades necessárias ao seu desempenho. Todos estes elementos são avaliados pelo indivíduo e em algum momento podem contribuir para que a pessoa escolha ou não a profissão.

Nalgumas vezes, o mercado de trabalho de uma determinada profissão está saturado, o que significa que o número de profissionais procurando vender sua força de

trabalho (oferta) é maior que o número de empregos (procura) (BOCK, 2001:310).

Assim o indivíduo tem de considerar na escolha profissional se a profissão por ele desejada é muito concorrida no mercado ou não, ou seja, se há pouco empregos e muitos quadros formados (idem).

Na verdade, qualquer escolha dum curso, uma profissão culmina no mercado de trabalho, daí que de alguma forma somos movidos a optar por um curso por ter se sabido que oferece possibilidade de emprego imediato.

Não é para menos que ao fazer uma escolha profissional precisa-se ter uma informação suficientemente sólida sobre o mercado de emprego para evitar que jovens e adultos se formem e não tenham espaço para aplicar os seus conhecimentos teóricos.

As informações acima referenciadas também são extensivas sobre importância social da profissão, ou seja, se é bem remunerada ou não; pelo menos uma remuneração mínima para garantir um bom padrão de vida.

“Considerando essas questões do ponto de vista da sociedade como um todo, podemos dizer que todas as profissões têm importância social, pois todas elas respondem a algum tipo de necessidade social e contribuem para a manutenção da vida em sociedade” (BOCK 2001:318).

No entanto, sabe-se que a sociedade atribui diferente prestígio às profissões. Assim, algumas vezes os jovens são aliciados pelas profissões que maior importância social tiverem. Outro aspecto que merece se ter em conta é que toda profissão tem alguns pré-requisitos necessários para o seu desempenho. Os requisitos e o tipo de trabalho que se realiza devem ser considerados, quando pensamos em escolher uma profissão.

Não se pode pensar nas profissões apenas pela aparência: prestígio, remuneração ou mercado. A profissão deve ser

vista por dentro, o que realmente faz um profissional daquela área. E quando falamos em pré-requisitos, surge logo a questão de ter ou não as habilidades necessárias. (BOCK 2001:318).

É sempre bom recordar que a orientação vocacional e profissional tem como fim último ajudar os adolescentes, jovens e adultos a fazerem escolhas conscientes e ponderadas para evitar desperdício de tempo, recursos (humanos e materiais) e para uma satisfação pessoal. Nessa conjuntura, o jovem, o adolescente assim como o adulto ao fazerem as suas escolhas necessitam de se conhecerem no que diz respeito as habilidades e as que o próprio emprego exige em termos de qualificações académicas.

Com certeza o nível de formação de cada indivíduo também contribui nas oportunidades de emprego, o indivíduo vai escolher a profissão de acordo com as suas possibilidades de formação.

Em quase todas as sociedades o factor económico pesa mais que o esforço individual, ou, melhor dizendo, o factor económico propicia que o esforço individual seja recompensado. Assim, o aluno proveniente das classes mais altas da sociedade tem mais oportunidades, pois dispõe de tempo para dedicar-se aos estudos e não trabalha (ou não exerce actividades profissionais muito desgastantes). Assim o orientador deverá ter em conta este aspecto para que os jovens não façam escolhas sem uma informação mínima com relação os custos da formação.

Um elemento não menos relevante está relacionado com as influências que o jovem ou adolescente sofre do seu tecido familiar ou social. O grupo familiar e o grupo de amigos são apontados pelos entrevistados como sendo a fonte das principais pressões e os principais elementos para que o indivíduo se referencie quando escolhe qualquer coisa, inclusive sua profissão.

O grupo de amigos fornece, em geral, uma referência positiva, isto é, o indivíduo utiliza as referências

positivamente, enquanto o grupo familiar pode, eventualmente, fornecer referências que o indivíduo procura rejeitar com sua escolha. Os pais têm tendência de escolher as profissões para os seus filhos. Os amigos, esses apresentam argumentos pró ou contra a escolha do jovem mais sem olhar nos diversos factores (BOCK 2001:313)

O processo de escolha de profissão é, pois, um momento do processo de identidade do indivíduo. Entram assim, em sua escolha, todos os elementos que ingressaram em seu mundo psíquico.

Suas expectativas em relação a si próprio, seus gostos, as habilidades que já desenvolveu até o momento, a profissão das pessoas que lhe são significativas, as imagens registadas no seu mundo interior relacionadas às profissões, a percepção que tem de suas condições materiais, seus limites e possibilidades, seus desejos, tudo aquilo que deseja negar, tudo aquilo que deseja afirmar, enfim, todo seu mundo interno é mobilizado para a escolha profissional, inclusive factores inconscientes, que também entram neste jogo, e com muita força (idem).

Na verdade a história individual, as oportunidades que lhe foram proporcionadas pelo seu meio envolvente vão interferir de certa forma no momento de querer se decidir em relação a profissão que pretende seguir.

## II. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Pedagógica, Delegação de Montepuez, no ano académico de 2014 com objectivo de identificar os factores que contribuem de forma significativa na escolha dos cursos por parte dos candidatos levou-se a cabo uma pesquisa qualitativa exploratória, já que cingiu-se em fazer levantamento daquilo que são os aspectos que interferem na escolha do curso, ou seja, as opiniões dos inquiridos em volta do fenómeno em estudo.

Quanto ao método de procedimento pautou-se pela indução, pois a partir de constatações particulares chegou-se a aceções mais gerais no concernente aos factores que influenciam aos jovens antes, durante e depois das suas escolhas.

A pesquisa envolveu estudantes do 1º ano dos cursos de licenciatura em ensino de Biologia, História, Português, Geografia e licenciatura em Psicologia Educacional. A escolha destes cursos se deveu pelo facto de serem os que registam maior concorrência, e 1ºs anos por serem os que acabam de ingressar na Universidade.

Nestes cursos foram escolhidos aleatoriamente 10 estudantes perfazendo um total de 50 elementos, dos quais 22 mulheres e os restantes 28 homens.

Os estudantes foram submetidos a um questionário previamente testado para apresentarem suas opiniões sobre factores que lhes impulsionaram a optar os cursos que frequentam.

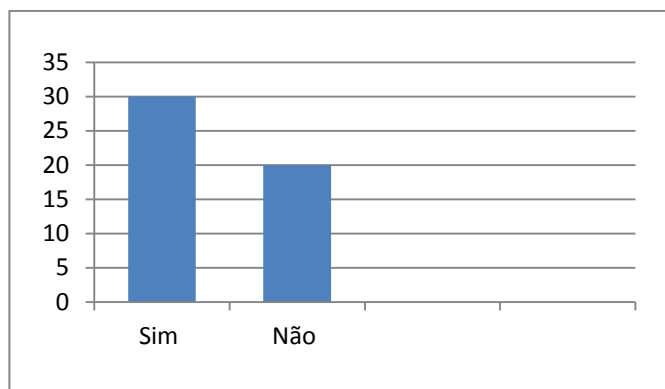
## III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Universidade Pedagógica, Delegação de Montepuez, é frequente ver estudantes que mudam cursos logo no I semestre do 1º ano ou mesmo estando no 2º, o que transparece que não estão satisfeitos com o curso. E se não estão satisfeitos com o curso implicitamente querem dizer que a escolha deste não foi ponderada, pode ter faltado uma certa informação sobre o mesmo. E nalgumas vezes essas mudanças não têm tido sustentabilidade, o que pode ocorrer/gerar outra opinião para curso diferente.

Para discernir um raciocínio lógico e de natureza científica urge discutir a realidade vivenciada durante a pesquisa na Universidade Pedagógica de Montepuez relativamente as principais motivações dos candidatos na escolha de determinados cursos.



Abaixo estão as questões levantadas e as respectivas respostas.



**Gráfico 1.** Distribuição de estudantes que sempre desejaram seguir curso superior na área educacional

Como se pode verificar no gráfico acima, dos 50 estudantes que responderam a questão, 30 deles correspondente a 60% afirmaram que desde foi sonho deles fazer um curso relacionado com a educação. Uns 20 numa ordem percentual de 40% disseram que nunca foi sonho deles fazer um curso eminentemente educacional.

Embora 60% dos inquiridos tenham dito que sonhou sempre em fazer um curso ligado a educação, não significa tacitamente que escolheu o verdadeiro curso capaz de satisfazer o seu anseio, suas capacidades, motivações, habilidades e outros factores intrínsecos.

Para além de que 60% dos inquiridos não compactua a partida no interesse a um curso relacionado com educação, mesmo que os outros digam as vezes terem se interessado, aliás, isto mostra claramente que os estudantes ingressaram na Universidade Pedagógica por causa de pressão externa.

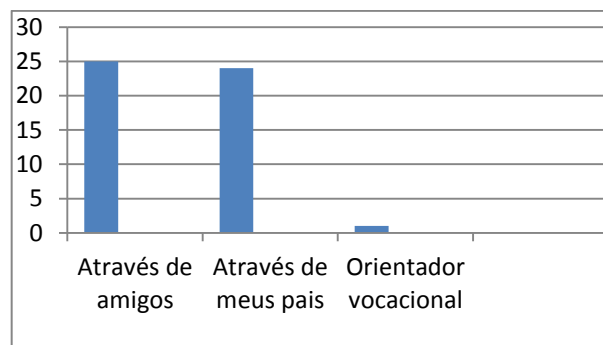
De acordo com Azevedo (1991), na transição para o Ensino Superior, a opção vocacional dos alunos reveste-se de dois tipos de expectativas: expectativas escolares e expectativas profissionais. As expectativas escolares incluem a preferência quanto à via ou área de estudos e percurso académico, enquanto as expectativas profissionais são avaliadas através de dimensões, tais como: profissão

desejada e sua articulação com as escolhas escolares; razões de preferência profissional e a qualidade da informação sobre esta profissão; e, finalmente, a percepção das oportunidades profissionais e das características profissionais valorizadas pelos empregadores

O que se pode perceber com base nos dados é que os candidatos não têm uma vocação para as áreas ligadas com a educação, pese embora estejam actualmente a frequentar alguns cursos afins.

A "vocação" mesmo que não se trate de um chamamento divino exterior e de uma adequação a um lugar pré-fixado e alheio, ela deve ser vista como uma longa construção laboriosa, carregada de alternativas e influências profundamente arraigadas. (Silva, 2007 *apud* PIMENTA, 1979:43)

A vocação é fundamental para qualquer indivíduo que pretende fazer alguma escolha profissional, uma vez que isto permite que o sujeito se identifique com a profissão.



**Gráfico 2.** Fonte de motivação primária pelo curso no acto de candidatura aos exames de admissão

O gráfico acima mostra claramente que os estudantes que estão a frequentar os cursos acima referenciados o fazem por influência dos seus amigos numa ordem percentual de 50%, e imposição dos seus pais e ou encarregados de educação numa ordem percentual de 48% e apenas 1 correspondente a 2% disse que teve orientação vocacional.

E tendo sofrido influências externas a eles, fica claro que os cursos que estão a frequentar não são aqueles que desde sonharam pois a indicação dos mesmos proveio de outrem.

O mais preocupante é que esses jovens fizeram essas escolhas sem apoio de um orientador profissional que lhes pudesse dar uma informação exaustiva com relação os cursos que são ministrados e as vantagens e ou desvantagens de cada um deles.

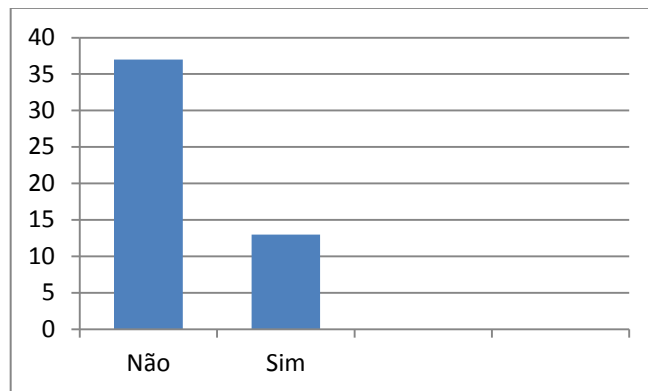
De facto o grupo familiar constitui o grupo de participação e de referência fundamental, e é por isso que os valores desse grupo constituem bases significativas na orientação do adolescente, quer a família actue como grupo positivo de referência quer como grupo negativo de referência.

Para Bohoslavsky (1991), “as satisfações ou insatisfação dos pais e de outros familiares significativos, em função dos seus respectivos ideais do ego e da vivência das mesmas, exercem um papel importante quanto às influências que, desde criança, o adolescente recebe em seu lar”.

Na verdade a família joga um papel fundamental no processo de tomada de decisão do adolescente quanto à profissão a escolher, uma vez que desde cedo a criança aprende modos de estar e ser junto desta.

Na perspectiva de Tositto (2010), “as relações com os pares constituem um dos principais contextos por meio dos quais os adolescentes desenvolvem características pessoais para a vida adulta, que também irão interferir no processo de escolha profissional”.

Outro elemento apresentado pelos inquiridos tem a ver com a facilidade de emprego que certos cursos têm quando comparados com os outros, o que influencia directamente na escolha destes ao nível do ensino superior.



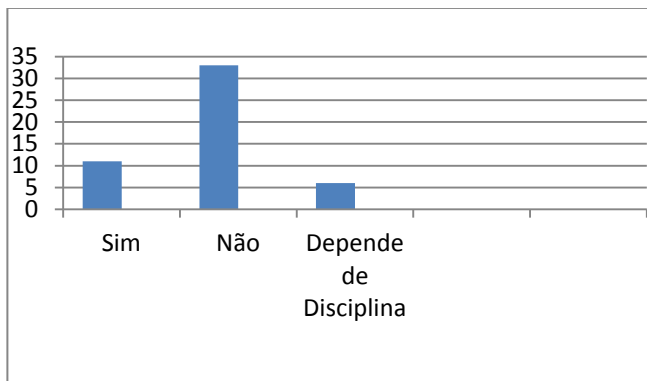
**Gráfico 3.** Opção de escolha do curso por iniciativa livre do estudante

O gráfico acima representado mostra que os estudantes inquiridos foram unânimes ao afirmar que a escolha desses cursos não foi da sua livre e espontânea vontade. Aliás, no gráfico anterior já indicava que eles sofreram maior influência dos seus grupos de amigos e pais, o que contradiz aquilo que são os princípios básicos da orientação profissional.

Aqui a questão económica é apontada como estando a influenciar na escolha de determinados cursos em detrimento de outros. Quer dizer que as limitações ou vantagens económicas de alguns estudantes também estiveram na origem de escolha de alguns cursos.

Na opinião de BOCK (2001:310), frequentar uma universidade ou cursos técnicos profissionalizantes é algo bastante custoso. De novo assiste-se os filhos de classes mais altas podendo completar seus cursos.

Em Orientação Vocacional e Profissional mesmo que seja uma pessoa preparada para o efeito, não teria o privilégio de fazer escolha por eles, sim indicar caminhos, proporcionar informações, fazer uma radiografia do ego e deixar que eles decidam por si.

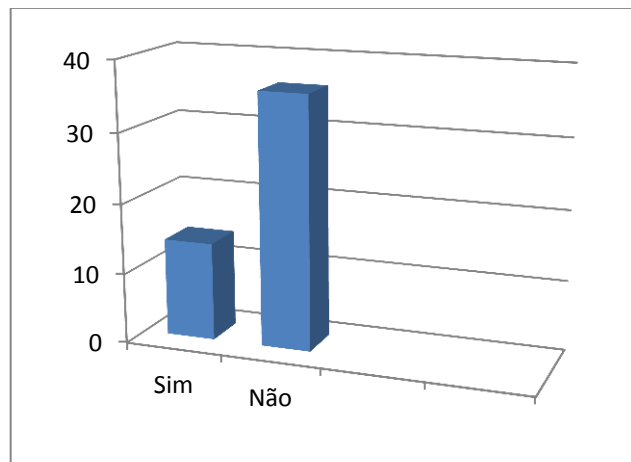


**Gráfico 4.** Satisfação dos estudantes em relação ao curso (interesses, capacidades, habilidades e expectativas).

A situação torna-se ainda mais alarmante quando aquilo que esperavam do curso está sendo diferente. Nota-se esta falta de informação em relação os perfis de entrada e saída de cada um dos cursos concorrido por este grupo alvo.

Em algum momento sentem-se desmotivados em relação os cursos que estão a fazer, pois se apercebem que o mercado está suficientemente saturado por quadros formados nestas áreas, e noutro, porque têm encarado algumas dificuldades na percepção da própria matéria, acrescentaram eles.

No pensamento de Parsons, os indivíduos dieferem entre si em termos de habilidades, características, interesses, capacidades, aptidões e qualidades para realização de certas tarefas e as profissões exigem determinadas capacidade, habilidades, ou seja, alguns pré-requisitos que nem todas as pessoas os possuem. Desta feita, deve haver algum equilíbrio entre o perfil individual e o profissional tendo em conta a famoso termo “colocar pessoa certa no lugar certo”.



**Gráfico 5.** Acesso a informações sobre o curso frequentado em termos de perfis de entrada, saída, disciplinas predominantes e o nível de empregabilidade.

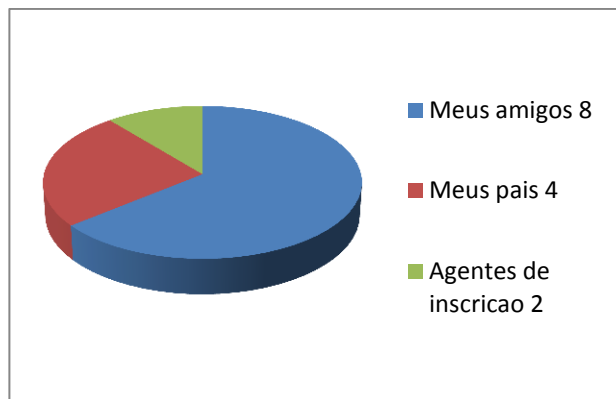
Com relação a esta questão, os 50 estudantes que responderam 36, uma ordem percentual de 72% afirmaram que não tiveram informações inerentes aos perfis de entrada e de saída, as disciplinas mais relevantes ou específicas do curso e o nível de empregabilidade dos mesmos. 14, numa percentagem de 28% afirmaram que tiveram informações insuficientes.

Como os números ilustram os estudantes que frequentam os cursos mais eleitos pelos candidatos não tiveram informações relativas sobre o nível de empregabilidade actual e futuro.

Esta falta de informações pode influenciar na escolha errada dos cursos, uma vez que foram forçados pelos seus pares e pais encarregados de educação, e isto pode-se reflectir naquilo que é o seu desempenho ao longo da formação. Como diz MWAMWENDA (2004:345), “a orientação escolar e profissional no nível do ensino secundário difere dos do nível do Ensino Primário e Básico devido principalmente ao período de transição que os alunos da escola secundária atravessam”. Assim os adolescentes enqunato procuram sua identidade, seu lugar na sociedade, também vão projectando a sua vida

profissional, sendo necessária desta feita a presença do orientador.

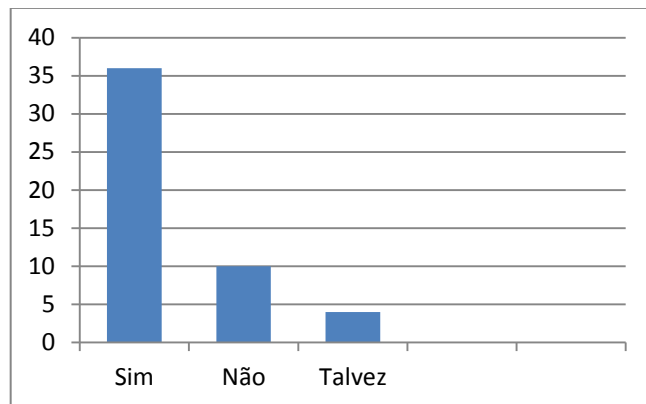
Na verdade, os adolescentes precisam de informações relativas os cursos subsequentes e a ligação que estabelecem com o mundo de emprego, assim evita-se que o jovem chegue ao ensino superior sem conhecimentos consolidados sobre si e as profissões.



**Gráfico 6.** Fontes de informação sobre o curso a seguir na universidade.

Dos 14 estudantes que responderam que tinham algumas informações atinentes aos cursos em termos de perfis de entrada e saída e seu nível de empregabilidade, 8 numa percentagem de 57.1% afirmaram que essas informações foram disponibilizadas pelos seus pares de amigos; 4 numa ordem percentual de 28.5% disseram terem recebido as informações a partir dos seus pais e apenas 2 numa percentagem de 14,2% obtiveram as informações no acto das inscrições.

Como se pode verificar, mesmo os que afirmaram ter informações, estas são proporcionadas por meio de amigos, seus pares e seus pais. Ainda essas informações chegam a esse indivíduo muito tarde, o que dificulta de algum modo o processo de tomada de decisão em relação o curso a seguir na universidade.



**Gráfico 7.** Opinião dos participantes sobre a possibilidade de trocar de curso.

Os dados ilustram que a escolha destes cursos por parte dos candidatos não respeitou as suas expectativas, seus interesses, capacidades, motivações, habilidades, o que lhes faz sentir a possibilidade de mudarem para outro curso.

Este posicionamento em querer mudar de curso se deve o facto de só agora estarem a obter as informações concernentes as vantagens e desvantagens do curso escolhido, o nível de empregabilidade, nível de satisfação pessoal e dentre vários aspectos afins.

A mudança de curso é vista como alternativa viável para perseguir seus objectivos almejados e que até então estão a ser postos em causa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha dos cursos ao nível do ensino superior é feita a partir das influências externas ao sujeito, quer dizer que as teorias não psicológicas são as que mais se destacam.

Os candidatos não têm informações suficientes com relação os cursos ministrados na universidade e a escolha é encomendada pelos seus pais e ou encarregados de educação, grupo de amigos que se encontram a frequentar esses cursos, o que confirma a hipótese previamente levantada.

As condições económicas, o nível de oferta no mercado de trabalho, as qualidades, capacidades, interesses, motivações e aptidões individuais não foram apontadas como estando a influenciar fortemente na escolha dos cursos na Universidade Pedagógica Delegação de Montepuez porque os estudantes que forneceram os dados não dão maior referência a questão económica como sendo causa motriz das suas escolhas. Aliás, os cursos preferidos não diferem significativamente em termos dos seus custos, o que dá maior peso a questão da influência dos pais, grupo de amigos e pares.

No nosso entender, esses fenómenos acontecem porque ao nível do ensino secundário geral não são disponíveis os serviços de orientação escolar e profissional. Serviços que poderiam proporcionar um leque de informações sobre os cursos que são oferecidos nas universidades, o seu nível de empregabilidade, sua sustentabilidade e eficácia tendo como quadro de referência os seus anseios, motivações, sonhos, interesses, habilidades e aptidões.

É importante a realização de palestras relacionadas com orientação vocacional e profissional nas escolas secundárias no sentido de se tratar assuntos que têm a ver com os interesses, aspirações e vocação dos alunos, dar a conhecer os cursos que são oferecidos nas universidades assim como seu nível de empregabilidade.

A Universidade Pedagógica Delegação de Montepuez tem que disponibilizar informações em relação os cursos que oferece, perfis de saída e entrada através da semana de “portas abertas”. Tem que sair às escolas para disseminar e colher informações sobre que cursos por abrir ou extinguir para responder com eficácia e eficiência as necessidades dos graduados do ensino secundário geral.

## REFERÊNCIAS

- [1] BOCK, Ana Maria Bahia et.al. (2002). *Psicologia sócio-histórica*. Editora Saraiva. SP, 2002
- [2] BOCK, S.D. (2002). *Orientação Profissional. A abordagem sócio-histórica*. SP,
- [3] BOHOSLAVSKY R (1996). *Orientação Vocacional. A estratégia clínica*.SP.
- [4] CARVALHO, M. M. M. J. (1993). *Orientação Profissional em grupo: Teoria e técnica*. Campinas, SP,
- [5] ERIKSON, E.(1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar,
- [6] GUICHARD, Jean e HUTEAU, Michel (2002). *Psicologia da Orientação*. Instituto Piaget. Lisboa.
- [7] MORAES, C.R; Varela S. (2007). *Motivação durante o Processo de Ensino-aprendizagem*.
- [8] MWAMWENDA, Tuntufye S (2004). *Psicologia Educacional: Uma Perspectiva Africana*. Texto Editores.
- [9] PIMENTA, SELMA G. (1979). *Orientação Vocacional e Decisão: estudo crítico da situação no Brasil*. SP. Loyola,
- [10] SANTOS, L.M.M. (2005). *O Papel da Família e dos pares na Escolha Profissional*. Psicologia em Estudo, Maringá,
- [11] SOARES, D. H. P. (2002). *A Escolha Profissional: Do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- [12] TRINDADE, André (2009). *Direito Universitário e Educação Contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.



# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS<sup>23</sup>

## 1. Submissão

- a) Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea a outro periódico. De preferência redigidos em português, KULAMBELA poderá publicar textos em língua estrangeira (inglês e francês) em situações especiais.
- b) Os originais serão submetidos à apreciação de pareceristas/especialistas da área em que versa o artigo após prévia avaliação da Comissão Editorial ou do editor da revista, os quais poderão aceitar recusar ou reapresentar o original ao autor com sugestões para alterações. Os nomes dos relatores de parecer permanecerão em sigilo, omitindo-se também os nomes dos autores perante os relatores.

## 2. Apresentação dos originais (normas técnicas)

- a) Os artigos, comunicações ou resenhas devem ser apresentados com original e duas cópias, texto digitado em *Word for Windows* com 25 linhas e 70 toques, num máximo de 30 laudas, remetidos juntamente para o e-mail do Editor.
- b) Nas cópias, o título completo do artigo, o nome do autor (es) e o nome da instituição à qual se vincula o autor (es) devem ser digitados apenas na página de rosto (sistema *blind review*), pois serão enviadas aos pareceristas. Portanto, a primeira página do texto deverá apenas o título do artigo como identificação.

## 3. Títulos, resumo, palavras-chave, abstract e keywords

- a) Os títulos (em português e inglês) devem ser concisos e especificar claramente o assunto tratado no artigo.

<sup>23</sup> Atualizadas em Setembro de 2015 e não abrange os artigos submetidos antes da aprovação das mesmas e que constam desta edição.

- b) Na primeira página, logo abaixo do título e do nome do autor (es), deverão vir o resumo (no máximo dez linhas) e as palavras-chave (até cinco).
- c) Os resumos serão escritos num máximo de 250 palavras com espaçamento simples e com letras de tamanho 10.
- d) Ao término do artigo, imediatamente antes das **Referências**, deverão vir o título em inglês, o *abstract* e as *keywords*.

#### 4. Notas de rodapé e citações no texto:

- a) As notas de rodapé, quando existirem, deverão ser indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente e localizadas no pé da página. A vinculação institucional do autor deverá obedecer ao seguinte padrão: Departamento – Faculdade – Universidade (Sigla) – Caixa Postal– Cidade –País, E-mail. Deverá estar em nota de rodapé logo na página inicial.
- b) As menções a autores, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema: (SOBRENOME DO AUTOR, data e página) ou (Sobrenome do autor, data)  
Exemplo: (MATTOS, 1998, p. 45) ou Mattos, 1998).

Diferentes títulos do mesmo autor com mesma data serão identificados por uma letra depois da data

– Exemplo: (SOARES, 1999a, p. 36) ou (SOARES, 1999b).

#### 5. Direitos autorais:

Uma vez publicados os artigos, o periódico KULAMBELA – Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

#### 6. Observação importante:

Recomenda-se que o autor (es) solicite a revisão do português (ortografia e gramática) a um especialista, assim como a redação do *abstract*, que deverá ser feita por um professor de inglês. Lembramos que não basta repetir em inglês o conteúdo do resumo em português, pois a forma de redação em inglês é diferente do português.

## PROCESSO DE ANÁLISE DE ARTIGOS NA REVISTA KULAMBELA

1. O Pesquisador submete o manuscrito para avaliação do periódico
2. O editor da revista certifica que o assunto abordado faz parte das linhas editoriais da publicação e se a estrutura do artigo obedece ao definido nas normas de submissão da revista. Caso não o mesmo é devolvido ao autor para correções prévias o que não significa que o mesmo tenha sido aceite ou irá para publicação.
3. O artigo é primeiramente sujeito à análise antiplágio pelo software *Ephorus*. O plágio é terminantemente proibido na revista Kulambela. A submissão sucessiva pelo mesmo autor de textos contendo plágio implica a impossibilidade do mesmo publicar na Kulambela seus artigos num espaço de dois (2) anos.
4. Caso o artigo passe da primeira avaliação sujeita no *ponto 2 e 3* o mesmo é enviado ao um editor familiarizado com o tema que o avalia em parceria com conselheiros científicos que o avaliam conjuntamente (originalidade/ineditismo/clareza, conclusões e impactos na comunidade científica.
5. Aprovado o texto ele é enviado para o processo de revisão pelos pares. O Editor remete a dois ou três especialistas capazes de conferir os aspectos técnicos e a veracidade da pesquisa
6. Os revisores podem rejeitar o estudo- caso haja objeções técnicas consideráveis, ou pedir que o autor faça correções dos eventuais erros para tornar o artigo mais compreensível,
7. Feitos os ajustes recomendados o autor reenvia o texto para a publicação científica. *O peer review* pode ser repetido duas ou mais vezes.
8. O Artigo é publicado quando a maioria dos revisores concorda que ela não apresenta falha científica.

Os artigos serão submetidos à avaliação dos membros da Comissão Científica da revista e de pareceristas *ad hoc*. Se necessário, os artigos serão encaminhados novamente aos autores para revisão. A versão final do artigo será disponibilizada no site da Universidade Pedagógica no formato PDF— *Portable Document Format*.

A adoção de um modelo para os artigos possui benefícios que vão além da simplificação do trabalho dos autores. Uma vez que a equipe editorial da revista receba os artigos prontos, ou com baixos índices de inconformidades, reduz-se consideravelmente o prazo de editoração.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A Revista **Kulambela** publica trabalhos inéditos relacionados com Educação, Saúde, Ciências Naturais e Matemática, Ciências Tecnológicas, focando, em cada edição, temas pré-determinados pelo Conselho Editorial. Trata-se de uma publicação quadrimestral cujo objetivo é apresentar e discutir temas relacionados às áreas ora mencionadas com o enfoque na Educação, contribuindo com a produção de conhecimentos científicos.

A revista é composta pelas seguintes seções:

- **Editorial:** texto de até 2 páginas em que os editores ou editor responsável farão uma apresentação dos assuntos abordados na edição e justificarão o tema em destaque escolhido.
- **Temas em Destaque:** artigos de no mínimo 10 e máximo 15 páginas, cujo foco seja o tema central da edição. Nesse tópico, os autores poderão ser convidados a discutir, refletir e se posicionar sobre o tema indicado.
- **Artigos:** artigos de no mínimo 10 e máximo 20 páginas, aceitos pelo Conselho Científico para publicação na revista, independentemente da temática da edição.
- **Resenhas:** textos de no máximo 3 páginas, em que serão apresentadas resenhas de livros na área do conhecimento da revista.
- **Resumos:** aqui serão apresentados resumos de monografias, dissertações e teses na área do conhecimento, que não deverão ultrapassar uma página.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Conselho Científico ou de colaboradores *ad hoc*. Todos os textos enviados para a revista serão submetidos a um processo de avaliação, realizada por pares, ficando preservada pelo Conselho Editorial a identificação dos avaliadores e dos autores.

## 3 CONTINUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à educação e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pelo Conselho Científico, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

A Revista Kulambela também aceita para publicação resumos de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses) e resenhas. É importante lembrar que o artigo deve conter no mínimo 10 e no máximo 15 páginas (será tolerado até 20).

### 3.1 Subdivisão do texto

As Referências devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas vigentes no regulamento para publicações na UP. Materiais que não contenham as referências ou que as apresentem de forma incorreta não serão considerados para análise e publicação.

Os elementos gráficos (imagens, tabelas, quadros, gráficos etc) devem ser apresentados no corpo do texto, sendo numerados e titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem. Além disso, deverão ser encaminhados em arquivos separados (extensão JPEG, GIF, TIFF ou similar), por e-mail junto com o artigo.

### 3.2 Mais informações sobre a formatação

Não há necessidade do preenchimento do nome da revista e os dados da edição (número, volume e ano), pois isso será feito posteriormente. Caso vocês considerem necessário utilizar uma tabela na exposição dos dados coletados, utilizem esse padrão.

**Tabela 1 – Dados de Identificação das Escolas Pesquisadas**

	Título Coluna [Unidade]			Total
Escola 1	1	2	3	6
Escola 2	4	5	6	15
Escola 3	7	8	9	24
Escola 4	10	11	12	33

Por fim, é preciso ficar atento para não colocar quadro no lugar de tabela. A seguir, apresentaremos como utilizar a opção quadro, lembrando que o mesmo deve, assim como tabelas e figuras, vir numerado de forma sequencial.

**Quadro 2 – Entrevista com a Diretora da Escola 1**

Pergunta 1: “O que é gestão escolar democrática e participativa?”

“Para mim, gestão escolar e participativa é abrir as portas da escola aos fins de semana para a comunidade jogar bola na quadra”.

Fonte: organizado pelo pesquisador (2011), a partir dos dados coletados em pesquisa.

## 4 MAIS UMA SEÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

### 4.1 Citações e referências

A citação e a correspondente apresentação de referências concentram, normalmente, o maior número de inconformidades dos artigos. Nesta subseção serão apresentados exemplos de citações e referências com o objetivo de auxiliar vocês. Os padrões e exemplos apresentados na sequência foram baseados no sistema de chamada autor-data.

As Referências devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética do apelido dos autores. Materiais que não contenham as referências ou que as apresentem de forma incorreta não serão considerados para análise e publicação.

5

### 4.2 Citações indiretas

As referências sem citações literais devem ser incorporadas ao texto, entre parênteses, indicando o sobrenome do autor em letras maiúsculas e o ano da publicação (SOBRENOME DO AUTOR, ano). A indicação de páginas é opcional, uma vez que a citação faz uma referência indireta à origem das idéias. Este parágrafo é um exemplo de uma citação indireta para um livro. Citações indiretas visam referenciar o texto no qual o autor baseou suas idéias (GOMES, 1998).

### 4.3 Citações diretas

Quando o autor citado integra a frase, só o ano e página serão colocados entre parênteses. Por exemplo, Autor (ano, p. xx-yy) é uma forma de citação direta. O sobrenome do autor, neste caso, terá apenas a primeira letra em maiúsculo, pois faz parte do texto.

Este parágrafo é um exemplo de uma citação direta para um artigo e/ou matéria de um periódico (revista, boletim etc.). São exemplos de publicações periódicas: fascículo ou número de revista, número de jornal, artigos científicos de revistas, editoriais, matérias jornalísticas, seções, reportagens, etc. Segundo relato publicado por Sekeff (2002, p. 30-36), as citações diretas são transcrições textuais de parte da obra do autor consultado.



#### 4.4 Citações diretas com mais de três linhas

As citações diretas de mais de três linhas serão destacadas no texto em parágrafo especial, justificadas, com 4 cm de margem esquerda e espaçamento simples. Ao final, apresenta-se (SOBRENOME DO AUTOR, ano, p. xx-yy).

Como um exemplo de citação direta com mais de três linhas, ilustra-se a citação de uma monografia em meio eletrônico (livro e/ou folheto). A introdução apresentada por Assis (2000) demonstra um alto domínio da língua Portuguesa:

As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia. (ASSIS, 2000, p. 1).

Para as citações longas como a exemplificada acima, deve-se utilizar fonte em tamanho 10, espaçamento entre linhas simples, com recuo de 4 centímetros a partir da margem esquerda..

#### 4.5 Citações diretas com menos de três linhas

As transcrições literais curtas serão integradas ao parágrafo, colocadas entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor do referido texto (com letras maiúsculas), ano de publicação e página(s) do texto citado, entre parênteses (SILVA; SOUZA; DEMAIS, ano, p. xx-yy). O texto em destaque deverá aparecer entre aspas, não sendo permitido a utilização de formatação em itálico, negrito ou sublinhado.

Este parágrafo é um exemplo de uma transcrição direta de até três linhas de um artigo de jornal. A investigação afirma que “antes do recesso parlamentar de julho, a CPI havia aprovado requerimento com a solicitação às operadoras para o envio de informações sobre 409 mil grampos telefônicos autorizados pela Justiça em 2007” (GUERREIRO; GIRALDI, 2008).

#### 4.6 Notas de Rodapé

Para facilitar o trabalho de formatação do artigo científico, sugere-se evitar a criação de notas de rodapé, uma vez que o controle das mesmas não é algo muito fácil com o uso do programa *Word*<sup>24</sup>. É usual encontrar problemas de notas que insistem em se posicionarem na página seguinte àquela desejada. Além disso, destaca-se que referências bibliográficas não devem ser colocadas em notas de rodapé.

<sup>24</sup> Embora não seja indicada sua utilização, apresenta-se aqui um exemplo de uma nota de rodapé.

## REFERÊNCIAS

### EX:

- [1] COSTA, V. R. **À margem da lei:** o Programa Comunidade Solidária. Em Pauta: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 12, p. 131-148, 1998.
- [2] MOÇAMBIQUE (2012). Ministério da Agricultura. *Guia de Plantas Medicinais em Moçambique*, 1ªEd. Maputo.
- [3] MWAMWENDA, Tuntufye S (2004). *Psicologia Educacional: Uma Perspectiva Africana*. Texto Editores.
- [4] PUCCI, B.; OLIVEIRA, N. R.; SGUISSARDI, V. **O ensino noturno e os trabalhadores**. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 1995. 148 p.
- [5] SILVA, M. M. L. Crimes da era digital. **.Net**, Rio de Janeiro, nov. 1998. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em: 28 nov. 1998.

### **Autor 1**

Breve Curriculum académico-científico e profissional.  
Formação e Actuação/linha de pesquisa (no máximo 2 linhas)

### **Autor 2**

Breve Curriculum académico-científico e profissional. Formação e Actuação/linha de pesquisa (no máximo 2 linhas)

## **9. Encaminhamento dos trabalhos:**

KULAMBELA – Revista Moçambicana de Ciências e Estudos da Educação

A/C Editor

Direcção para Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Departamento de Pesquisa, Extensão e Publicação

Universidade Pedagógica – Delegação de Montepuez (UP-MTZ)

Caixa Postal

Cidade de Montepuez – Cabo Delgado

Moçambique

Telefax:

E-mail: [revistakulambela@up.ac.mz](mailto:revistakulambela@up.ac.mz) ou [dppe.upmontepuez@up.ac.mz](mailto:dppe.upmontepuez@up.ac.mz)